

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América e da Espanha. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná. A Copel e suas controladas (Grupo) têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcio e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão descritas na NE nº 15.

2 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 2 das Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31.12.2011, disponíveis nos sites da CVM e da Copel.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações em 13.11.2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais compreendem:

- As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária

brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora por seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21(R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias e o Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 03/11.

Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2011 que não sofreram modificações no trimestre e no acumulado do ano, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2011.

2.2 Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados aos valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as IFRSs e os CPCs, a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 8 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE nº 17.1 - Contrato de concessão da Copel Distribuição; e

NE nº 32 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 2.19.1 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2011 - Receita não faturada;

NE nº 2.29 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2011 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 6 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 16 - Imobilizado;

NE nº 17 - Intangível;

NE nº 21 - Benefícios Pós-Emprego;

NE nº 26 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 33 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas abrangem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, de suas controladas, controladas em conjunto e fundos de investimentos exclusivos.

As demonstrações financeiras intermediárias das investidas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle ou o controle compartilhado se inicia até a data em que deixam de existir. As controladas (NE nº 15.2) são consolidadas linha a linha dos ativos, passivos e resultados de forma integral e os empreendimentos controlados em conjunto na proporção de participação no capital social (NE nº 15.3).

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. No processo de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas do grupo.

2.6 Reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com novo entendimento sobre a apresentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos no balanço patrimonial, conforme o CPC 32 Tributos sobre o Lucro, a Companhia está compensando os ativos e os passivos fiscais diferidos na mesma entidade tributável, apresentando-os de forma líquida.

Para fins de comparação, os saldos das contas Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31.12.2011 estão sendo reapresentados com as compensações entre ativo e passivo, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Ativo não circulante	141.639	108.380	745.180	465.536
Passivo não circulante	33.259	-	927.910	648.266

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e bancos conta movimento	939	669	61.797	35.081
Aplicações financeiras de liquidez imediata	22.673	27.088	687.723	1.014.044
	23.612	27.757	749.520	1.049.125

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100,3% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 30.09.2012 e 101,0% em 31.12.2011.

4 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Consolidado	
			30.09.2012	31.12.2011
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	17.995	92.693
Operação Compromissada	2	CDI	64.727	43.233
Operação Compromissada	2	Selic	-	4.430
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	-	46.322
Cotas Fundos	1	CDI	530	111
NTN - F	1	CDI	-	31.451
NTN - B	1	IPCA	-	1.956
LFT	1	Selic	159.782	209.942
LTN	1	Pré-Fixada	116.131	103.520
LFBB	2	CDI	20.638	19.296
LF Caixa	2	CDI	8.845	8.270
CDB BB	2	CDI	-	6.205
			388.648	567.429
Títulos para negociação				
Cotas FI	2	CDI	18.161	11.003
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	28.367	-
CDB	2	CDI	5.172	-
Letras Financeiras	2	CDI	12.535	-
LFT	1	Selic	15.530	39.039
LTN	1	Selic	11.607	-
DPGE	2	CDI	54.679	9.979
Ações	1	Ibovespa	3.349	-
Debêntures	2	CDI	3.649	-
Renda Fixa NPP	2	CDI	3.063	-
Derivativos	1	Opções de compra de ações	10	-
Derivativos	1	DI Futuro BMF	-	1
			156.122	60.022
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT	1	Selic	-	5.920
Cota Fundos	1	CDI	-	48
LF Caixa	2	CDI	11.966	11.189
			11.966	17.157
			556.736	644.608
		Circulante	456.785	582.019
		Não Circulante	99.951	62.589

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F e Série B - NTN-B

Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB

Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa

Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE

Níveis para apuração do valor justo:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

Categoria	Nível	Indexador	Controladora	
			30.09.2012	31.12.2011
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	89	83
Cotas Fundos	1	CDI	85	82
Circulante			174	165

A Copel possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Entres os principais valores aplicados, estão:

- Aplicações em fundos exclusivos no Banco do Brasil, no valor de R\$ 171.992 (R\$ 197.331 em 31.12.2011);
- Aplicações em fundos exclusivos na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 90.745 (R\$ 189.358 em 31.12.2011);
- Aplicação da UEG Araucária em fundo exclusivo do Banco do Brasil, no valor de R\$ 60.173;
- Aplicações da UEG Araucária em fundos exclusivos no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. no valor de R\$ 95.917 (R\$ 60.019 em 31.12.2011);
- A constituição de garantia para leilão da Aneel no valor de R\$ 1.427 (R\$ 34.011 em 31.12.2011);
- A constituição de garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE no valor de R\$ 55.798 (R\$ 27.553 em 31.12.2011); e
- A constituição de garantia referente financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas - UHEs e Linhas de Transmissão - LTs, no valor de R\$ 29.518 (R\$ 18.764 em 31.12.2011).

5 Cauções e Depósitos Vinculados

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Caução STN (5.1)	42.706	37.553
Caução CECS (5.2)	30.105	-
Outros	12.292	2.668
	85.103	40.221
Circulante	12.292	2.668
Não Circulante	72.811	37.553

5.1 Cauções e depósitos vinculados - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias sob forma de caução em dinheiro destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE 20.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

5.2 Cauções e depósitos vinculados - CECS

Depósito na conta corrente do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, referente a 51% do valor de caução bancária necessária para garantir o atendimento ao artigo nº 17 da lei nº 11.428/2006 e eventual autorização do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

6 Clientes

	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				30.09.2012	31.12.2011
Consumidores					
Residencial	163.318	97.423	26.223	286.964	274.070
Industrial	98.926	45.725	15.721	160.372	142.118
Comercial	111.726	45.526	13.256	170.508	168.942
Rural	21.928	9.147	7.252	38.327	38.574
Poder público	21.852	14.980	15.662	52.494	44.729
Iluminação pública	16.454	2.472	184	19.110	19.497
Serviço público	17.410	15.483	148	33.041	30.905
Receita não faturada	290.717	-	-	290.717	288.095
Parcelamento de débitos	66.075	6.832	23.398	96.305	85.294
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	6.631	-	-	6.631	31.734
Encargos moratórios sobre faturas energia	4.949	9.271	10.688	24.908	19.623
Governo do Paraná - luz fraterna	29.655	1.351	24.738	55.744	38.763
Outros créditos	6.381	3.888	7.701	17.970	21.096
	856.022	252.098	144.971	1.253.091	1.203.440
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	155.772	4.932	9.536	170.240	189.223
Contratos bilaterais	23.692	-	119	23.811	21.540
CCEE	33.024	-	119	33.143	15.632
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.288
	212.488	4.932	11.062	228.482	227.683
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	18.623	2.502	2.364	23.489	16.995
Rede básica e de conexão	24.219	355	3.419	27.993	25.833
	42.842	2.857	5.783	51.482	42.828
Telecomunicações					
Serviços de telecomunicações	2.214	5.634	10.039	17.887	15.481
	2.214	5.634	10.039	17.887	15.481
Distribuição de gás	32.886	653	1.197	34.736	27.305
PCLD (6.1)	-	-	(96.725)	(96.725)	(115.919)
	1.146.452	266.174	76.327	1.488.953	1.400.818
Circulante	1.114.713	266.174	76.327	1.457.214	1.368.366
Não circulante	31.739	-	-	31.739	32.452

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

6.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo
	1º.01.2012			30.09.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	28.953	20.664	(13.625)	35.992
Industrial	25.163	7.470	(1.674)	30.959
Comercial	19.466	570	(2.559)	17.477
Rural	1.805	3.349	(668)	4.486
Poder público	2.359	1.216	-	3.575
Iluminação pública	79	43	-	122
Serviço público	41	52	-	93
Concessionárias e permissionárias	37.370	(37.146)	-	224
Telecomunicações	683	3.114	-	3.797
	115.919	(668)	(18.526)	96.725

Consolidado	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
	1º.01.2011			30.09.2011
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	7.654	19.372	(7.147)	19.879
Industrial	40.761	1.809	(67)	42.503
Comercial	10.880	5.059	(1.673)	14.266
Rural	69	1.376	(313)	1.132
Poder público	1.453	4.464	-	5.917
Iluminação pública	155	(76)	-	79
Serviço público	2	21	-	23
Concessionárias e permissionárias	224	-	-	224
Telecomunicações	921	390	-	1.311
	62.119	32.415	(9.200)	85.334

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

Foi constituída PCLD em 2011, no valor de R\$ 37.146, referente a diferenças nos preços faturados na venda de energia da Usina Hidrelétrica de Mauá e revertida em 2012, conforme decisão da Administração baseada no Despacho da Aneel nº 1.611 de 17.04.2012.

7 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela

em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

7.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
2013	19.328	70.242
2014	80.502	74.914
2015	85.855	79.896
2016	91.565	85.209
2017	97.655	90.876
2018	104.149	96.920
2019	111.076	103.366
2020	118.463	110.240
2021	126.341	117.572
2022	134.744	125.391
2023	143.705	133.730
2024	153.262	142.624
após 2024	53.320	49.618
	1.319.965	1.280.598

7.2 Mutação do CRC

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Saldos			
Em 1º.01.2012	65.862	1.280.598	1.346.460
Encargos	64.151	-	64.151
Variação monetária	2.186	93.334	95.520
Transferências	53.967	(53.967)	-
Amortizações	(113.148)	-	(113.148)
Em 30.09.2012	73.018	1.319.965	1.392.983

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Consolidado
Saldos			
Em 1º.01.2011	58.816	1.282.377	1.341.193
Encargos	64.007	-	64.007
Variação monetária	691	54.495	55.186
Transferências	47.983	(47.983)	-
Amortizações	(107.763)	-	(107.763)
Em 30.09.2011	63.734	1.288.889	1.352.623

8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

8.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Obrigações especiais não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2012	80.626	4.828.785	(1.592.311)	3.317.100
Efeito da 1ª consolidação da Caiuá	-	53	-	53
Efeito da 1ª consolidação da Integração Maranhense	-	233	-	233
Efeito da 1ª consolidação da Matrinchã	-	313	-	313
Efeito da 1ª consolidação da Guaraciaba	-	169	-	169
Capitalizações do intangível em curso	-	240.425	(26.421)	214.004
Transferências do intangível em serviço - remensuração conforme Resolução 474/2012	-	136.658	(60.802)	75.856
Transferências do não circulante para o circulante	198.291	(198.291)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(165.051)	-	-	(165.051)
Transferências de outros créditos	765	-	-	765
Transferências para imobilizado em serviço	-	(92)	-	(92)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para a venda	-	(13.116)	-	(13.116)
Variação monetária	-	255.286	(97.940)	157.346
Remuneração	-	308.649	-	308.649
Receita de construção	-	43.529	-	43.529
Atualização do valor justo	-	(147.971)	(98.020)	(245.991)
Baixas	-	(7.715)	-	(7.715)
Em 30.09.2012	114.631	5.446.915	(1.875.494)	3.686.052

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Obrigações especiais não circulante	Consolidado
Em 1º.01.2011	54.700	3.849.462	(1.426.117)	2.478.045
Capitalizações do intangível em curso	-	308.198	-	308.198
Transferências do não circulante para o circulante	161.380	(161.380)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(142.994)	-	-	(142.994)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(732)	-	(732)
Ajuste de ativos financeiros classificados como disponíveis para a venda	-	(2.421)	-	(2.421)
Variação monetária	-	139.187	(112.969)	26.218
Remuneração	-	228.673	-	228.673
Receita de construção	-	87.589	-	87.589
Baixas	-	(9.103)	-	(9.103)
Em 30.09.2011	73.086	4.439.473	(1.539.086)	2.973.473

8.2 Contas a receber vinculadas à concessão - Distribuição

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base, o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes desta infraestrutura (ativo físico).

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

A variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

Processo de revisão tarifária na Copel Distribuição

O processo de revisão tarifária teve seu início com a fiscalização da Aneel em novembro de 2011 dos investimentos realizados pela concessionária relativos ao período incremental de maio de 2008 a dezembro de 2011. Após análise dos relatórios recebidos, a Copel identificou diversos ajustes que no seu entendimento seriam necessários e promoveu várias ações junto a Aneel na tentativa de conseguir, através das fundamentações apresentadas com relação ao seu modelo construtivo e condução das apropriações dos custos realizados, que a Aneel reconsiderasse sua posição inicial. Alguns destes pleitos foram acatados pela Agência e já refletidos na versão homologada pela Aneel. Entretanto, a Copel por meio de processo administrativo continua argumentando com a Aneel alguns efeitos decorrentes do processo de revisão.

No entendimento da Companhia alguns procedimentos adotados durante o processo de revisão tarifária divergem da metodologia proposta pelo Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, bem como, do modelo construtivo adotado pela concessionária.

Embora a Aneel não tenha manifestado seu julgamento referente ao recurso interposto pela Copel sobre os valores da Base de Remuneração e outros itens, foi homologada em audiência pública a nova tarifa a ser aplicada a partir de 24.06.2012.

No entendimento da Administração da Copel, apesar da Aneel instituir nova base de remuneração regulatória, restam ainda processos administrativos não conclusos e que estão sendo administrados junto ao Órgão Regulador. Ratifica este entendimento o fato de não termos recebido o julgamento do recurso protocolado junto ao Agente Regulador que causa insegurança na avaliação final dos efeitos desta revisão tarifária do 3º ciclo.

Considerando, ainda que a BRR, nos Ciclos Tarifários, é fundamental para a definição do novo valor da tarifa que será praticado pela Concessionária e representa a melhor estimativa do valor justo dos ativos a ser indenizado ao final da Concessão, a Companhia aguardará o efetivo pronunciamento da Aneel para reconhecer em plenitude os efeitos da Revisão Tarifária em suas Demonstrações Financeiras.

Diante deste cenário a Administração da Companhia avaliou todos os efeitos decorrentes do processo de revisão tarifária e registrou no 2º trimestre a baixa de R\$ 152.416 relativos as atualizações estimadas e não realizadas dos fluxos de caixa deste ativo, que líquido de efeitos tributários totaliza R\$ 100.595. Este valor adicionado aos efeitos das mudanças das taxas de depreciação vigentes a partir de 1º.01.2012, e registrados no 1º trimestre, na ordem de R\$ 42.569

(R\$ 28.095 líquidos de tributos) totalizam uma baixa de R\$ 194.985 reconhecida no resultado no 1º semestre (R\$ 128.690 líquidos de tributos).

Conforme definido nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET em agosto de 2012 a companhia realizou nos sistemas de informação a carga individualizada da reavaliação regulatória dos ativos e de obrigações especiais, resultantes dos efeitos do processo do 3º ciclo de revisão tarifária periódica. Ao realizar a individualização dos valores por ativo identificou-se a necessidade de ajuste no saldo da conta de obrigações especiais vinculadas a concessão, bem como o reconhecimento dos juros correspondentes a este ajuste no montante de R\$ 51.006.

Os efeitos da decisão homologada pela Aneel em 19.06.2012, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, em sua base de remuneração regulatória ainda sujeitos a recursos administrativos interpostos antes e depois da homologação acima, serão reavaliados pela Companhia, a qual tem a expectativa positiva que sejam revertidos. Diante desta avaliação, a Companhia não considerou estes valores em discussão na sua revisão da expectativa de realização do fluxo de caixa do ativo financeiro da indenização uma vez que não há evidência objetiva para o desconhecimento destes valores do ativo financeiro por não ter cessado os direitos contratuais aos fluxos de caixa conforme OCPC 03 item 13. Em caso de negativa final junto a Aneel, estes efeitos serão levados a resultado, totalizando o montante estimado de R\$ 155.111, que líquido de efeitos tributários, perfazem R\$ 102.373.

O resultado da revisão da Copel Distribuição está detalhada na Nota Técnica 173/2012, disponível no site da Aneel.

8.3 Compromissos relativos às concessões de transmissão

8.3.1 LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 156.283 em 30.09.2012.

8.3.2 Subestação Cerquilho III 230 KV

Subestação em 230/138KV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.775 em 30.09.2012.

9 Outros Créditos

		Consolidado
	30.09.2012	31.12.2011
Ativo circulante		
Serviços em curso (9.1)	89.030	71.256
Adiantamento a empregados	28.819	11.588
Parcerias em consórcios	29.980	29.483
Adiantamento a fornecedores	28.446	7.162
Adiantamento para indenizações imobiliárias	5.301	3.514
Outros créditos	51.999	38.310
	233.575	161.313
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	12.647	11.982
Serviços em curso (9.1)	7.069	-
Outros créditos	2.096	5.051
	21.812	17.033

9.1 Serviços em curso

Referem-se aos serviços em curso da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10 Estoques

Consolidado		Operação / Manutenção
	30.09.2012	31.12.2011
Copel Geração e Transmissão	27.745	23.714
Copel Distribuição	80.299	69.579
Copel Telecomunicações	9.985	9.015
Compagas	919	1.491
UEG Araucária	4	3
	118.952	103.802

11 Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	117.193	131.567	447.381	678.745
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(1.025)	(231.718)	(451.730)
IRRF sobre JSCP a compensar com o passivo	-	(11.634)	-	(11.634)
	117.193	118.908	215.663	215.381
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	-	-	20.209	18.714
	-	-	20.209	18.714
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	4.954	431.107	603.520
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(1.025)	(231.718)	(451.730)
	-	3.929	199.389	151.790

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

11.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2012	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 30.09.2012
Controladora				
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	41.739	-	41.739
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	100.819	4.492	-	105.311
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.829	192	-	18.021
Provisão Finan	4.756	-	-	4.756
Juros sobre o capital próprio	16.666	(16.666)	-	-
Outros	91	(164)	-	(73)
	141.639	29.593	-	171.232
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 38				
- instrumentos financeiros	7.962	(982)	51	7.031
Exclusões temporárias				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
	33.259	(982)	51	32.328
Ativo, líquido, apresentado no Balanço Patrimonial	108.380	30.575	(51)	138.904

Controladora	Saldo em 1º.01.2011	Reconhecidos no resultado	Saldo em 30.09.2011
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.170	14.603	15.773
Outras adições temporárias			
Provisões para litígios	102.911	(3.700)	99.211
Provisão para créditos liquidação duvidosa	1.478	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.573	192	17.765
Provisão Finan	3.659	1.098	4.757
Juros sobre o capital próprio	17.966	(17.966)	-
	144.757	(5.773)	138.984
(-) Passivo não circulante			
Exclusões temporárias			
Provisão para deságio	25.297	-	25.297
	25.297	-	25.297
Líquido	119.460	(5.773)	113.687

	Saldo em 1º.01.2012	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 30.09.2012
Consolidado				
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	41.739	-	44.225
Planos previdenciário e assistencial	154.108	12.603	-	166.711
Regime tributário de transição - RTT	16.142	12.414	-	28.556
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	346.697	30.459	-	377.156
Provisão para créditos liquidação duvidosa	43.407	(7.558)	-	35.849
Amortização do direito de concessão	36.173	192	-	36.365
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922
Provisão Finan	4.756	-	-	4.756
Provisão para compra de energia	99.567	(8.917)	-	90.650
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	17.182	(3.949)	-	13.233
Juros sobre capital próprio	16.666	(16.666)	-	-
Outros	1.074	10.275	-	11.349
	745.180	70.592	-	815.772
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	758.473	(12.650)	-	745.823
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	125.450	(4.231)	(4.459)	116.760
Efeitos do CPC 38 - instrumentos financeiros	7.962	(982)	702	7.682
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	5.356	-	-	5.356
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	5.372	(1.343)	-	4.029
	927.910	(19.206)	(3.757)	904.947
Líquido	(182.730)	89.798	3.757	(89.175)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	465.536			567.422
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	648.266			656.597
Líquido	(182.730)			(89.175)

	Saldo em 1º.01.2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Compensados com parcelamento da dívida Lei nº 11.941	Saldo em 30.09.2011
Consolidado					
Ativo não circulante					
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	10.966	14.603	-	(7.312)	18.257
Planos previdenciário e assistencial	135.384	10.095	-	-	145.479
Outras adições temporárias					
Provisões para litígios	290.385	22.235	-	-	312.620
Provisão para créditos liquidação duvidosa	24.477	7.927	-	-	32.404
Amortização do direito de concessão	35.917	192	-	-	36.109
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	-	6.922
Provisão Finan	3.659	1.098	-	-	4.757
Provisão para compra de energia	-	92.478	-	-	92.478
Outros	-	23.475	-	-	23.475
	507.710	172.103	-	(7.312)	672.501
(-) Passivo não circulante					
Regime tributário de transição - RTT					
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	802.556	(39.207)	-	-	763.349
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	47.607	61.246	(823)	-	108.030
Outras exclusões temporárias					
Capitalização encargos financeiros	4.595	(54)	-	-	4.541
Provisão para deságio	25.297	-	-	-	25.297
Fornecimento de gás	7.163	(1.344)	-	-	5.819
	887.218	20.641	(823)	-	907.036
Líquido	(379.508)	151.462	823	(7.312)	(234.535)

11.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

O crédito fiscal oriundo do plano previdenciário e assistencial foi calculado sob a provisão atuarial apurada por avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2011	4.174	18.252	-	178.211	175.562	-
2012	-	-	6.785	-	-	162.954
2013	-	-	3.685	-	-	33.221
2014	-	-	3.685	-	-	29.501
2015	-	-	2.931	-	-	238.905
2016	-	-	43.043	-	-	73.505
2017 a 2019	-	-	1.203	-	-	7.384
2020 a 2022	-	-	1.203	-	-	37.854
após 2022	-	-	76.369	-	-	(672.499)
	4.174	18.252	138.904	178.211	175.562	(89.175)

11.3 Outros tributos a compensar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Ativo circulante				
ICMS a recuperar (11.3.1)	-	-	41.478	40.845
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	57.481	60.486
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(19.388)	(51.411)
Outros tributos a compensar	11	-	467	437
	11	-	80.038	50.357
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (11.3.1)	-	-	72.976	76.166
IRRF sobre aplicações financeira a recuperar	-	-	2.428	1.735
Outros tributos a compensar	-	-	11	11
	-	-	75.415	77.912
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	203.412	193.808
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	12.846	55.073	74.579
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(19.388)	(51.411)
Programas de Recuperação Fiscal (11.3.2)	-	27.628	-	37.221
IRRF sobre JSCP	-	11.634	-	31.027
IRRF sobre JSCP a compensar com o ativo	-	(11.634)	-	(11.634)
Outros tributos	204	911	6.349	14.867
	204	41.385	245.446	288.457
Passivo não circulante				
ICMS a recolher	-	-	-	152
	-	-	-	152

11.3.1 ICMS a recuperar

Dos saldos apresentados como ICMS a recuperar no total de R\$ 114.454, o montante de R\$ 97.823 refere-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102/00.

11.3.2 Programas de recuperação fiscal

						Controladora
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	18.754	167.760	(167.760)	-
INSS	311	(93)	44	262	(262)	-
	230.244	(81.020)	18.798	168.022	(168.022)	-

							Consolidado
	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Prejuízo Fiscal	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09							
IRPJ	43.256	(8.898)	(3.123)	3.356	34.591	(34.591)	-
CSLL	5.925	(1.460)	(428)	634	4.671	(4.671)	-
Cofins	43.198	(9.633)	(3.118)	3.550	33.997	(33.997)	-
PIS/Pasep	8.893	(1.992)	(642)	395	6.654	(6.654)	-
Cofins Ação Rescisória	229.933	(80.927)	-	18.754	167.760	(167.760)	-
INSS	311	(93)	-	44	262	(262)	-
	331.516	(103.003)	(7.311)	26.733	247.935	(247.935)	-

Os efeitos no resultado de 2012, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 492 na Controladora e R\$ 662 no Consolidado (NE nº 29).

Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Regional - TRF4, transitada em julgado em 18.08.1998, a Copel foi declarada imune à incidência da Cofins sobre o faturamento de energia elétrica. Apesar da imunidade transitada em julgado, a Receita Federal do Brasil - RFB lavrou dois Autos de Infração pelo não recolhimento da Cofins: em 19.02.2002, de nº 10980.000932/2002-90, referente ao exercício de 1997 e em 22.08.2003, de nº 10980.007831/2003-21, referente aos três primeiros trimestres de 1998. Paralelamente, ajuizou ação rescisória contra a decisão que declarou a imunidade, a qual, após longa discussão sobre alegação de decadência, retornou ao TRF4 para ter seu mérito julgado, recebendo, por isso, a atribuição de grau de risco provável, já que a matéria de mérito goza de jurisprudência pacífica em favor da União.

Em razão da classificação de risco desta ação ser de perda provável, a Companhia havia constituído uma provisão no montante de R\$ 184.464, composto de R\$ 61.872 de principal e de R\$ 122.592 de juros Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Considerando o grau de risco provável desta ação, a Companhia optou em incluir no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de pagamento de trinta parcelas, tendo em vista os benefícios de redução dos encargos moratórios. Assim, a dívida total, com o acréscimo de multa moratória no montante de R\$ 12.375, passou a ser de R\$ 196.839.

Em 29.06.2011, a RFB consolidou a dívida, na qual foi incluída a diferença da multa de Ofício somente no Auto de Infração relativo ao ano de 1998 e complemento de juros no valor de R\$ 33.094. Assim, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 229.933. Após a consolidação deste débito, considerando os benefícios de redução de encargos moratórios de R\$ 80.927, a dívida relativa à Ação Rescisória da Cofins passou a ser de R\$ 149.006.

Também foram incluídas, na consolidação, dívidas do INSS referentes à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito NFLD nº 35.273.873-1, no valor de R\$ 311, que, aplicados os benefícios do parcelamento, resultou em uma dívida de R\$ 218.

Com isso, o total da dívida da Companhia incluída no parcelamento foi R\$ 149.224, que, somado ao valor de R\$ 18.798 referente os juros Selic, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, e consideradas as parcelas pagas mensalmente, totaliza R\$ 168.022. O parcelamento encontra-se quitado desde 30.04.2012.

Relativamente à Copel Distribuição, foram incluídos no referido parcelamento débitos fiscais referentes a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 49.181. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp que não foram homologadas pela RFB. Ainda no mesmo parcelamento, foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008, que após consolidação passou a ser de R\$ 52.091. Os benefícios da redução dos encargos moratórios trazidos pela Lei 11.941/09, na modalidade de pagamento de trinta parcelas, resultou em R\$ 21.983. Na consolidação da dívida perante a RFB, foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL para a quitação de parte dos encargos moratórios, no montante de R\$ 7.311.

Com isso, o total da dívida da Copel Distribuição incluída no parcelamento foi R\$ 71.978, que, somado ao valor de R\$ 7.937 referente os juros Selic, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei e consideradas as parcelas pagas mensalmente, totaliza R\$ 79.915. O parcelamento encontra-se quitado desde 30.04.2012.

11.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	775.788	981.604	1.168.064	1.360.980	
IRPJ e CSLL (34%)	(263.768)	(333.745)	(397.142)	(462.733)	
Feitos fiscais sobre:					
Equivalência patrimonial	265.368	251.402	14.523	13.233	
Juros sobre o capital próprio	28.857	76.777	32.327	79.530	
Dividendos	134	33	134	33	
Despesas indedutíveis	(16)	(7.057)	(1.912)	(10.455)	
Benefício fiscal - Lei nº 11.941/09	-	7.056	-	7.056	
Incentivos fiscais	-	-	5.120	3.670	
Outros	-	(239)	2.895	(3.224)	
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(433.853)	(524.501)	
IRPJ e CSLL diferidos	30.575	(5.773)	89.798	151.611	
Alíquota efetiva - %	-3,9%	0,6%	29,5%	27,4%	

12 Despesas Antecipadas

		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	
Ativo circulante			
Programa incentivo a fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	11.932	36	
Prêmios de seguros	6.277	4.527	
Outras	6	25	
	18.215	4.588	
Ativo não circulante			
Custos de transações financeiras - mútuo	10.545	-	
Outras	192	190	
	10.737	190	

13 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Fiscais	271.834	222.847	335.039	226.566
Trabalhistas	-	-	88.698	72.873
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	92.853
Cíveis	-	-	24.899	24.706
Servidões de passagem	-	-	6.757	6.823
Consumidores	-	-	2.424	2.289
	-	-	129.638	126.671
Outros	-	-	4.484	4.707
	271.834	222.847	557.859	430.817

A variação no saldo de depósitos judiciais fiscais refere-se principalmente ao depósito efetuado pela Copel Distribuição, objetivando anular o auto de infração nº 6432974-0, lavrado pelo Estado do Paraná, exigindo o recolhimento do ICMS sobre a subvenção econômica tarifária dos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

14 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Coligadas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	-	2.303	-	2.303
Sanepar	-	-	8.342	15.603
	-	2.303	8.342	17.906
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	435.840	600.659	-	-
Copel Distribuição	457.063	508.695	-	-
Copel Telecomunicações	-	20.649	-	-
Compagas	-	3.927	-	-
Elejor	-	2.592	-	-
Dominó Holdings	11.140	14.184	-	-
	904.043	1.150.706	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (14.1)	61.052	58.427	-	-
	61.052	58.427	-	-
Contrato de mútuo				
Copel Distribuição (14.2)	844.221	781.031	-	-
Elejor (14.3)	242.857	305.936	-	-
	1.087.078	1.086.967	-	-
	2.052.173	2.298.403	8.342	17.906
Ativo circulante (Dividendos a receber)	904.043	1.153.009	8.342	17.906
Ativo não circulante	1.148.130	1.145.394	-	-

14.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com a subsidiária integral, e como obrigações por empréstimos e financiamentos na subsidiária (NE nº 20.1).

14.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, foi aprovado pela Aneel novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de 2 anos e juros de 109,41% da taxa DI. A destinação dos recursos foi a quitação das obrigações do contrato de mútuo firmado em 27.02.2007 e quitado em 23.02.2012.

14.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo órgão regulador, através do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do referido mútuo em outubro de 2011.

15 Investimentos

15.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1�.01.2012	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte ⁽¹⁾ / Afac ⁽²⁾	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Resgate das quotas	Saldo em 30.09.2012
Controladas (15.2)								
Copel Geração e Transmissão	5.739.789	552.970	1.273	-	-	8.389 ⁽³⁾	-	6.302.421
Copel Distribuição	3.665.835	136.900	(8.663)	-	-	(13.468)	-	3.780.604
Copel Telecomunicações	287.740	21.869	-	22.643 ⁽²⁾	-	(1.994)	-	330.258
UEG Araucária (15.2.1)	127.445	3.500	-	-	-	-	-	130.945
Compagas	105.305	7.665	-	-	-	-	-	112.970
Elejor	33.170	15.820	-	-	-	(2.785)	-	46.205
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(565)	-	-	17.724
Centrais Eólicas do Paraná (15.2.2)	1.225	(9)	-	-	-	(306)	(910)	-
	9.978.798	738.715	(7.390)	22.643	(565)	(10.164)	(910)	10.721.127
Controlada em conjunto (15.3)								
Dominó Holdings	345.953	45.736	-	-	-	(8.595)	-	383.094
Cutia	4.310	(333)	-	1.384 ⁽¹⁾	-	-	-	5.361
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	45.403	-	1.384	-	(8.595)	-	394.264
Coligadas (15.4)								
Sercomtel (15.4.2)	70.341	(7.491)	-	-	-	-	-	62.850
Dona Francisca Energética	53.061	5.584	-	-	-	-	-	58.645
Foz do Chopim Energética	17.402	6.922	-	-	-	(8.156)	-	16.168
Carbocampel	1.307	(35)	-	143 ⁽¹⁾	-	-	-	1.415
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	11	-	-	-	-	-	176
Escoelectric	-	(22)	-	22 ⁽²⁾	-	-	-	-
	142.576	4.969	-	165	-	(8.156)	-	139.554
Outros investimentos (15.5)								
Finam (15.5.1)	2.267	-	(756)	-	-	-	-	1.511
Finor (15.5.1)	613	-	(223)	-	-	-	-	390
Investco S.A.	8.345	-	766	-	-	-	-	9.111
Adiantamento para futuro investimento (15.5.2)	38.945	-	-	6.728 ⁽¹⁾	-	-	-	45.673
Outros investimentos	6.496	-	361	-	-	-	-	6.857
	56.666	-	148	6.728	-	-	-	63.542
	10.534.112	789.087	(7.242)	30.920	(565)	(26.915)	(910)	11.318.487

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

⁽³⁾ Reversão parcial de dividendos propostos conforme 1  AGO da Copel Geração e Transmissão

Controladora	Saldo em 1º.01.2011	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Afac e (dev. Afac)	Amortização direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2011
Controladas (15.2)							
Copel Geração e Transmissão	5.726.083	539.651	-	-	-	(539.553)	5.726.181
Copel Distribuição	3.316.811	427.275	(1.598)	-	-	(111.655)	3.630.833
Copel Telecomunicações	241.362	28.646	-	23.000	-	(8.127)	284.881
UEG Araucária	128.846	(465)	-	-	-	-	128.381
Compagas	99.286	13.149	-	-	-	(6.592)	105.843
Elejor	96.751	210	-	(71.898)	-	-	25.063
Elejor - direito de concessão	19.044	-	-	-	(566)	-	18.478
Centrais Eólicas do Paraná	1.185	354	-	-	-	(268)	1.271
	9.629.368	1.008.820	(1.598)	(48.898)	(566)	(666.195)	9.920.931
Controlada em conjunto (15.3)							
Dominó Holdings	325.342	31.493	-	-	-	(8.100)	348.735
	325.342	31.493	-	-	-	(8.100)	348.735
Coligadas (15.4)							
Sercomtel Telecomunicações	72.464	1.634	-	-	-	-	74.098
Dona Francisca	50.161	5.394	-	-	-	(1.390)	54.165
Foz do Chopim	17.086	7.792	-	-	-	(8.442)	16.436
Carbocampel	1.224	(20)	-	110	-	-	1.314
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	7	-	-	-	-	163
Escoelectric	37	(118)	-	81	-	-	-
	141.428	14.689	-	191	-	(9.832)	146.476
Outros investimentos (15.5)							
Finam (15.5.1)	2.456	-	-	-	-	-	2.456
Finor (15.5.1)	769	-	-	-	-	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	-	7.903
Outros investimentos	1.344	-	-	-	-	-	1.344
	12.472	-	-	-	-	-	12.472
	10.108.610	1.055.002	(1.598)	(48.707)	(566)	(684.127)	10.428.614

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte⁽¹⁾/ Afac⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Amort. de direito de concessão	Saldo em 30.09.2012
Coligadas (15.4)							
Sanepar	344.439	47.560	-	-	(9.815)	(547)	381.637
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(7.491)	-	-	-	-	62.850
Dona Francisca	53.061	5.584	-	-	-	-	58.645
Foz do Chopim	17.402	6.922	-	-	(8.156)	-	16.168
Carbocampel	1.307	(35)	-	143 ⁽¹⁾	-	-	1.415
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	11	-	-	-	-	176
Escoelectric	-	(22)	-	22 ⁽²⁾	-	-	-
	487.015	52.529	-	165	(17.971)	(547)	521.191
Outros investimentos (15.5)							
Finam (15.5.1)	2.267	-	(756)	-	-	-	1.511
Finor (15.5.1)	613	-	(223)	-	-	-	390
Investco S.A.	8.345	-	766	-	-	-	9.111
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (15.5.2)	38.945	-	-	6.728 ⁽¹⁾	-	-	45.673
Outros investimentos	7.683	-	361	7 ⁽¹⁾	-	-	8.051
	62.143	-	148	6.735	-	-	69.026
	549.158	52.529	148	6.900	(17.971)	(547)	590.217

⁽¹⁾ Aporte para aquisição de investimentos

⁽²⁾ Afac - Adiantamento para futuro aumento de capital

Consolidado	Saldo em 1º.01.2011	Equivalência patrimonial	Aporte⁽¹⁾/ Afac⁽²⁾	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de direito de concessão	Saldo em 30.09.2011
Coligadas (15.4)						
Sanepar	323.814	33.410	-	(9.162)	(547)	347.515
Sercomtel Telecomunicações	72.464	1.634	-	-	-	74.098
Dona Francisca	50.161	5.394	-	(1.390)	-	54.165
Foz do Chopim	17.086	7.792	-	(8.442)	-	16.436
Carbocampel	1.224	(20)	110 ⁽²⁾	-	-	1.314
Dois Saltos	300	-	-	-	-	300
Copel Amec	156	7	-	-	-	163
Escoelectric	37	(118)	81 ⁽²⁾	-	-	-
	465.242	48.099	191	(18.994)	(547)	493.991
Outros investimentos (15.5)						
Finam (15.5.1)	2.456	-	-	-	-	2.456
Finor (15.5.1)	769	-	-	-	-	769
Investco S.A.	7.903	-	-	-	-	7.903
Bens destinados a uso futuro	4.538	-	-	-	(25)	4.513
Outros investimentos	2.542	-	3 ⁽¹⁾	-	-	2.545
	18.208	-	3	-	(25)	18.186
	483.450	48.099	194	(18.994)	(572)	512.177

15.2 Controladas

As subsidiárias integrais e demais empresas controladas pela Copel são:

Percentual de participação no capital social	Copel (Holding)	Copel Geração e Transmissão
Controladas	%	%
Copel Geração e Transmissão S.A. (GET)	100,00	-
Copel Distribuição S.A. (DIS)	100,00	-
Copel Telecomunicações S.A. (TEL)	100,00	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagas (COM)	51,00	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (ELE)	70,00	-
UEG Araucária (UEG) (15.2.1)	20,00	60,00
Centrais Eólicas do Paraná (15.2.2) (CEO)	30,00	70,00

15.2.1 UEG Araucária Ltda.

A UEG Araucária, em 28.12.2006, firmou “Contrato de Locação e Outras Avenças” com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da usina, prorrogado em diversas etapas até 31.12.2012, com cláusulas que preveem a possibilidade de rescisão antecipada pela UEG Araucária, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Este contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

15.2.2 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel detinha 30% e a Copel Geração e Transmissão 70% do capital social, constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial da Central Geradora Eólica Palmas, localizada no município de Palmas, Estado do Paraná.

Conforme o Distrato do Contrato Social de 31.05.2012, a divisão do patrimônio das Centrais Eólicas do Paraná, no valor de R\$ 3.033, foi realizada na exata proporção das participações de seus sócios: i) a importância de R\$ 910 foi depositada em conta corrente da Copel; e ii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 2.123, foi vertido integralmente ao patrimônio da Copel Geração e Transmissão, uma vez que lhe foi transferida a autorização da Central Geradora Eólica Palmas, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 3.319, de 24.01.2012.

Centrais Eólicas em 31.05.2012	
ATIVO	3.033
Ativo Circulante	2.037
Ativo Não Circulante	996
PASSIVO	3.033
Patrimônio Líquido	3.033

15.2.3 Demonstrações financeiras das controladas

Apresentamos a seguir os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado do período findo em 30.09.2012, reclassificados para fins de padronização do plano de contas:

ATIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
30.09.2012						
ATIVO TOTAL	9.189.648	7.869.530	399.418	291.505	754.998	664.218
ATIVO CIRCULANTE	1.053.120	1.990.730	63.810	92.736	34.296	195.733
Caixa e equivalentes de caixa	223.670	388.166	27.071	41.625	14.632	20.142
Títulos e valores mobiliários	277.187	22.857	-	-	445	156.122
Cauções e depósitos vinculados	1.800	9.393	-	1.094	-	-
Clientes	289.450	1.143.876	17.674	40.067	18.785	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	73.018	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	114.493	-	-	-	-	-
Outros créditos	112.342	102.713	1.945	555	2	15.982
Estoques	27.745	80.299	9.985	919	-	4
Imposto de renda e contribuição social	805	90.219	4.230	-	-	3.002
Outros tributos correntes a recuperar	2.545	66.172	2.441	8.388	-	481
Despesas antecipadas	3.083	14.017	464	88	432	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.136.528	5.878.800	335.608	198.769	720.702	468.485
Realizável a Longo Prazo	1.279.897	4.547.692	19.263	19.725	28.633	22.886
Títulos e valores mobiliários	69.264	30.687	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	30.105	42.706	-	-	-	-
Clientes	-	31.650	89	6.584	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.319.965	-	-	-	-
Depósitos judiciais	22.437	261.820	1.039	302	77	249
Contas a receber vinculadas à concessão	1.149.476	2.405.618	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.647	-	-
Outros créditos	6.195	2.852	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	20.209
Outros tributos correntes a recuperar	2.420	62.545	8.022	-	-	2.428
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	389.849	10.113	-	28.556	-
Despesas antecipadas	-	-	-	192	-	-
Investimentos	414.566	4.012	-	-	-	-
Imobilizado	6.397.422	-	294.524	-	483.894	445.495
Intangível	44.643	1.327.096	21.821	179.044	208.175	104

PASSIVO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG
30.09.2012						
PASSIVO TOTAL	9.189.648	7.869.530	399.418	291.505	754.998	664.218
PASSIVO CIRCULANTE	1.094.902	1.852.323	35.146	63.497	71.964	9.496
Obrigações sociais e trabalhistas	67.900	177.795	17.161	4.950	257	128
Fornecedores	266.255	595.114	12.946	53.469	3.627	3.394
Imposto de renda e contribuição social	175.345	875	954	3.140	19.063	-
Outras obrigações fiscais	18.275	217.544	3.019	1.788	2.296	2.454
Empréstimos e financiamentos	60.328	162.666	24	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	435.840	457.063	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	5.935	15.570	776	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	7.756	52.101	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13.874	96.826	-	-	1.613	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	728	-	-	-	44.041	-
Outras contas a pagar	42.666	76.769	266	150	1.067	3.520
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.792.325	2.236.603	34.014	6.498	617.025	-
Coligadas e controladas	-	833.676	-	-	242.857	-
Fornecedores	78.636	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	652.897	-	-	3.628	-	-
Empréstimos e financiamentos	459.076	607.028	13.862	-	-	-
Benefícios pós-emprego	128.063	320.809	19.507	1.666	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.415	95.650	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26.476	-	-	-	373.577	-
Provisões para litígios	403.762	379.440	645	1.204	591	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.302.421	3.780.604	330.258	221.510	66.009	654.722
Capital social	3.505.994	2.624.841	240.398	135.943	35.503	707.440
Ajustes de avaliação patrimonial	1.365.404	(6)	-	-	-	-
Reserva legal	212.108	135.294	5.306	16.258	779	-
Reserva de retenção de lucros	589.331	883.575	62.685	46.458	11.103	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	7.821	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	629.584	136.900	21.869	15.030	18.624	(52.718)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	CEO
30.09.2012							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.675.800	4.164.053	126.818	259.526	159.789	54.938	54
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(879.213)	(4.075.767)	(97.140)	(239.720)	(41.585)	(45.634)	(118)
Energia elétrica comprada para revenda	(77.305)	(2.118.201)	-	-	(380)	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(156.854)	(464.917)	-	-	(7.695)	(10.685)	-
Pessoal e administradores	(192.867)	(524.423)	(45.915)	(15.079)	(1.670)	(793)	-
Planos previdenciário e assistencial	(30.479)	(83.244)	(6.032)	(1.434)	-	-	-
Material	(13.294)	(36.697)	(1.322)	(906)	(122)	(109)	(2)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(16.664)	-	-	-	-	(1.899)	-
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(183.088)	-	-	-
Serviços de terceiros	(66.332)	(239.872)	(12.283)	(10.339)	(6.244)	(6.844)	(23)
Depreciação e amortização	(191.838)	(142.346)	(20.299)	(10.277)	(20.910)	(24.867)	(86)
Provisões e reversões	(8.649)	(87.504)	(3.544)	(886)	-	-	-
Custo de construção	(24.928)	(323.407)	-	(14.798)	-	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(72.965)	-	-	-	(4.364)	-	-
Outros custos e despesas operacionais	(27.038)	(55.156)	(7.745)	(2.913)	(200)	(437)	(7)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10.236	-	-	-	-	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	806.823	88.286	29.678	19.806	118.204	9.304	(64)
Resultado financeiro	19.847	115.826	2.642	3.899	(83.412)	10.417	110
LUCRO OPERACIONAL	826.670	204.112	32.320	23.705	34.792	19.721	46
Imposto de renda e contribuição social	(264.607)	(119.895)	(12.253)	(10.164)	(24.606)	(2.222)	(74)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.093)	52.683	1.802	1.489	12.414	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	552.970	136.900	21.869	15.030	22.600	17.499	(28)

15.3 Controladas em conjunto

Os controles compartilhados são decorrentes de acordos entre os acionistas independentemente do percentual de participação. As empresas controladas em conjunto pela Copel são:

Percentual de participação no capital social	Copel (Holding)	Copel Geração e Transmissão
Controladas em conjunto	%	%
Dominó Holdings S.A.	45,00	-
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	49,90	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	-	51,00
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	80,00
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	20,00
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	-	49,00
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	-	49,00
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	-	49,00
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	-	49,00

15.3.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto

30.09.2012	Dominó		Costa Oeste		Marumbi		Sul Brasileira		Cutia	
	Saldo ajustado ⁽¹⁾	Particip. (45%)	Saldo original	Particip. (51%)	Saldo original	Particip. (80%)	Saldo original	Particip. (20%)	Saldo original	Particip. (49,9%)
ATIVO	876.096	394.243	1.607	819	870	697	30.420	6.084	10.848	5.413
Ativo circulante	27.779	12.501	954	486	589	472	7.734	1.547	179	90
Ativo não circulante	848.317	381.742	653	333	281	225	22.686	4.537	10.669	5.323
PASSIVO	876.096	394.243	1.607	819	870	697	30.420	6.084	10.848	5.413
Passivo circulante	24.775	11.149	49	25	18	15	12.719	2.544	27	13
Passivo não circulante	-	-	1.601	816	1.059	847	9.236	1.847	2.852	1.423
Patrimônio líquido	851.321	383.094	(43)	(22)	(207)	(165)	8.465	1.693	7.969	3.977
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	-	641	327	281	225	23.335	4.667	-	-
Custo de construção	-	-	(641)	(327)	(281)	(225)	(22.192)	(4.438)	-	-
Despesas operacionais	(2.211)	(995)	(430)	(219)	(219)	(175)	(644)	(129)	(701)	(349)
Resultado financeiro	(1.842)	(829)	54	27	2	2	190	38	33	16
Resultado equivalência patrimonial	105.688	47.560	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	-	(6)	(3)	-	-	(234)	(47)	-	-
Lucros (prejuízos) acumulado:	101.635	45.736	(382)	(195)	(217)	(173)	455	91	(668)	(333)

⁽¹⁾ Saldo s ajustados às práticas contábeis do Grupo

30.09.2012	Caiuá		I. Maranhense		Matrinchã		Guaraciaba	
	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)	Saldo original	Particip. (49%)
ATIVO	8.752	4.289	13.295	6.514	5.509	2.699	4.578	2.242
Ativo circulante	3.134	1.536	944	462	1.678	822	3.328	1.630
Ativo não circulante	5.618	2.753	12.351	6.052	3.831	1.877	1.250	612
PASSIVO	8.752	4.289	13.295	6.514	5.509	2.699	4.578	2.242
Passivo circulante	612	300	220	107	(96)	(47)	65	31
Passivo não circulante	753	369	2.009	985	-	-	-	-
Patrimônio líquido	7.387	3.620	11.066	5.422	5.605	2.746	4.513	2.211
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	5.541	2.715	12.345	6.049	3.831	1.877	1.235	605
Custo de construção	(5.448)	(2.669)	(12.174)	(5.965)	(3.793)	(1.858)	(1.222)	(599)
Despesas operacionais	(253)	(124)	(142)	(70)	(8)	(4)	(79)	(39)
Resultado financeiro	87	43	105	52	74	36	78	39
Provisão para IR e CSLL	(40)	(20)	(69)	(34)	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(113)	(55)	65	32	104	51	12	6

(1) Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

15.4 Coligadas

30.09.2012	Atividade principal	Ativo (1)	Passivo (1)	Patrimônio líquido (1)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) (1)	Part. grupo %
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar (15.4.1)	Saneamento	2.649.859	1.554.165	1.095.694	702.275	136.872	34,75
Sercomtel S.A. Telecomunicações (15.4.2)	Telecomunicações	264.934	125.269	139.665	94.283	(14.340)	45,00
Foz do Chopim Energética Ltda.	Energia elétrica	46.848	1.646	45.202	28.296	19.353	35,77
Dona Francisca Energética S.A.	Energia elétrica	310.182	55.535	254.647	68.864	24.248	23,03
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda.	Energia elétrica	1.350	350	1.000	-	-	30,00
Copel Amec S/C Ltda.- em liquidação	Serviços	372	5	367	-	25	48,00
Carbocampel S.A.	Exploração de carvão	3.565	679	2.886	-	(71)	49,00
Escoelectric Ltda.	Serviços	1.888	4.319	(2.431)	-	(101)	40,00

(1) Saldos ajustados às práticas contábeis do Grupo

15.4.1 Sanepar

Em 1998, a aquisição das ações da Sanepar pela Dominó Holdings S.A. gerou direito de concessão no valor total de R\$ 24.316, que em 30.09.2012 apresenta saldo de R\$ 2.026. Proporcionalmente à participação da Copel (45%), este saldo corresponde a R\$ 912 e está sendo amortizado em 15 anos, a partir de 1999, a razão de R\$ 61 mensais, totalizando no resultado de 2012 o valor de R\$ 547 (R\$ 547 em 2011).

15.4.2 Sercomtel S.A. Telecomunicações

A conclusão dos trabalhos referentes aos testes de recuperação dos ativos da Companhia, ocorrida em 2011, adotando, quando aplicável, as mesmas premissas citadas na nota de Imobilizado (NE nº 16.5) indicou, com adequado nível de segurança, que os ativos vinculados às coligadas Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentavam-se acima do valor recuperável em R\$ 12.580. Não houve alteração neste período.

15.4.3 Sercomtel Celular S.A.

Os testes de recuperação dos ativos da Companhia, indicou que os ativos vinculados à coligada Sercomtel Celular S.A. apresentavam-se acima do valor recuperável em R\$ 6.195, reduzindo a zero o investimento nesta coligada, na qual a Copel participa com 45% do Capital Social. A empresa está em processo de incorporação pela Sercomtel S.A. - Telecomunicações.

15.5 Outros investimentos

15.5.1 Outros investimentos classificados como disponíveis para venda

Com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em setembro de 2012, a Copel apresenta o valor de mercado para seus investimentos no Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e no Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor:

	Quantidade de quotas	Preço médio em set.2012 (R\$ por mil ações)	Valor de mercado R\$ mil
			30.09.2012
Finam	18.891.053	0,08	1.511
Finor	1.114.618	0,35	390
			1.901

Os outros investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas foram atualizados com base na cotação em 28.09.2012, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Quantidade de ações	Tipo	Cotação em bolsa de valores R\$ por ação	Valor de mercado R\$ mil
Tractebel Energia S.A.	180.888	ON	32,00	5.788
Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.	14.195	ON	32,26	458
Telefônica Brasil S.A.	7.859	ON	40,19	316
Telefônica Brasil S.A.	675	PN	44,29	30
TIM Participações S.A.	11.804	ON	7,83	92
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.643	PNA	45,00	74
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.464	PNA	6,99	52
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.057	PNB	9,00	10
Embratel Participações S.A.	2.476.773	ON	0,0094	23
Embratel Participações S.A.	301.949	PN	0,0091	3
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	377	ON	11,26	4
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	30	PN	5,29	-
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	14	ON	13,36	-
				6.850

15.5.2 Adiantamento para futuro investimento

Em novembro de 2011 foi assinado o contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. Considerando como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas. Os recursos aportados, no total de R\$ 45.673, foram classificados como Adiantamento para futuro investimento. Caso as aprovações não sejam obtidas, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM.

15.6 Demonstração consolidada do resultado segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada. Estas demonstrações representam o resultado das atividades, desconsiderando a receita de equivalência patrimonial de controladas e controladas em conjunto.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 30.09.2012	GET	DIS	TEL	COM	ELE	UEG	Outras	Holding	Eliminações	Consolidado
RECBTA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.675.800	4.164.053	126.818	259.526	159.789	54.938	5.273	-	(348.327)	6.109.116
Fornecimento de energia elétrica	98.122	1.728.277	-	-	-	-	-	-	(2.461)	1.823.938
Suprimento de energia elétrica	1.174.748	121.279	-	-	159.654	-	54	-	(225.226)	1.230.509
Disponibilidade da rede elétrica	344.547	1.939.235	-	-	-	-	229	-	(82.767)	2.202.110
Receita de construção	29.693	323.407	-	14.798	-	-	4.990	-	-	383.268
Telecomunicações	-	-	122.712	-	-	-	-	-	(30.195)	92.517
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	239.622	-	-	-	-	-	239.622
Arrendamentos e aluguéis	898	49.649	4.106	-	-	54.938	-	-	(4.184)	105.407
Outras receitas operacionais	27.792	2.206	-	5.106	135	-	-	-	(3.494)	31.745
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(879.213)	(4.075.767)	(97.140)	(239.720)	(41.585)	(45.634)	(6.975)	(30.629)	348.373	(5.079.618)
Energia elétrica comprada para revenda	(77.305)	(2.118.201)	-	-	(380)	-	-	-	225.161	(1.970.725)
Encargos de uso da rede elétrica	(156.854)	(464.917)	-	-	(7.695)	(10.685)	-	-	80.977	(559.174)
Pessoal e administradores	(192.867)	(524.423)	(45.915)	(15.079)	(1.670)	(793)	(405)	(6.859)	-	(788.160)
Planos previdenciário e assistencial	(30.479)	(83.244)	(6.032)	(1.434)	-	-	-	(403)	-	(121.592)
Material	(13.294)	(36.697)	(1.322)	(906)	(122)	(109)	(4)	(32)	-	(52.496)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(16.664)	-	-	-	-	(1.899)	-	-	-	(18.563)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(183.088)	-	-	-	-	-	(183.088)
Serviços de terceiros	(66.332)	(239.872)	(12.283)	(10.339)	(6.244)	(6.844)	(493)	(2.417)	41.301	(303.578)
Depreciação e amortização	(191.838)	(142.346)	(20.299)	(10.277)	(20.910)	(24.867)	(633)	(566)	-	(411.736)
Provisões e reversões	(8.649)	(87.504)	(3.544)	(886)	-	-	-	(13.211)	-	(113.794)
Custo de Construção	(24.928)	(323.407)	-	(14.798)	-	-	(4.990)	-	-	(379.214)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(72.965)	-	-	-	(4.364)	-	-	-	-	(77.329)
Outros custos e despesas operacionais	(27.038)	(55.156)	(7.745)	(2.913)	(200)	(437)	(450)	(7.141)	934	(100.169)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	47.560	4.969	-	52.529
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	796.587	88.286	29.678	19.806	118.204	9.304	45.858	(25.660)	46	1.082.027
Resultado financeiro	19.847	115.826	2.642	3.899	(83.412)	10.417	(636)	17.330	(46)	86.037
LUCRO OPERACIONAL	816.434	204.112	32.320	23.705	34.792	19.721	45.222	(8.330)	-	1.168.064
Imposto de renda e contribuição social	(264.607)	(119.895)	(12.253)	(10.164)	(24.606)	(2.222)	(77)	-	-	(433.853)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.093)	52.683	1.802	1.489	12.414	-	(47)	30.575	-	89.798
LUCRO DO PERÍODO	542.734	136.900	21.869	15.030	22.600	17.499	45.098	22.245	-	824.009

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado em serviço por classe de ativo

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			30.09.2012			31.12.2011
Reservatórios, barragens, adutoras	7.108.617	(4.307.767)	2.800.850	7.108.618	(4.196.871)	2.911.747
Máquinas e equipamentos	4.475.820	(2.370.523)	2.105.297	4.457.236	(2.261.433)	2.195.803
Edificações	1.376.805	(955.744)	421.061	1.375.685	(933.593)	442.092
Terrenos	183.023	-	183.023	182.562	-	182.562
Veículos	53.678	(27.211)	26.467	38.721	(28.738)	9.983
Móveis e utensílios	10.966	(8.129)	2.837	10.800	(7.847)	2.953
	13.208.909	(7.669.374)	5.539.535	13.173.622	(7.428.482)	5.745.140

16.2 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
			30.09.2012			31.12.2011
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	11.483.495	(7.039.794)	4.443.701	11.463.047	(6.848.148)	4.614.899
Copel Distribuição	-	-	-	-	-	-
Copel Telecomunicações	467.461	(289.746)	177.715	451.466	(276.901)	174.565
Compagas	-	-	-	-	-	-
Elejor	591.160	(118.208)	472.952	590.092	(103.598)	486.494
UEG Araucária	666.764	(221.622)	445.142	664.878	(196.784)	468.094
Centrais Eólicas do Paraná				4.129	(3.047)	1.082
Dominó Holdings	4	-	4	-	-	-
Cutia	8	(4)	4	10	(4)	6
Costa Oeste	6	-	6	-	-	-
Transmissora Sul Brasileira	4	-	4	-	-	-
Guaraciaba	7	-	7	-	-	-
	13.208.909	(7.669.374)	5.539.535	13.173.622	(7.428.482)	5.745.140
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	1.953.721	-	1.953.721	1.354.363	-	1.354.363
Copel Telecomunicações	116.809	-	116.809	99.222	-	99.222
Elejor	10.942	-	10.942	9.916	-	9.916
UEG Araucária	353	-	353	482	-	482
Caiuá	35	-	35	-	-	-
Integração Maranhense	2	-	2	-	-	-
	2.081.862	-	2.081.862	1.463.983	-	1.463.983
	15.290.771	(7.669.374)	7.621.397	14.637.605	(7.428.482)	7.209.123

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto Aneel nº 2.003/96.

16.3 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1�.01.2012	5.745.140	1.463.983	7.209.123
Programa de investimentos pagos	-	662.891	662.891
Provisão para litígios	-	3.274	3.274
Imobilizações de obras	46.512	(46.512)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	92	-	92
Quotas de depreciação no resultado	(250.161)	-	(250.161)
Quotas de depreciação - créditos de Pasep/Cofins	(1.322)	-	(1.322)
Baixas	(726)	(1.774)	(2.500)
Em 30.09.2012	5.539.535	2.081.862	7.621.397

Saldos	Imobilizado		Consolidado
	em serviço	em curso	
Em 1�.01.2011	6.015.235	648.710	6.663.945
Programa de investimentos pagos	-	530.833	530.833
Programa de investimentos a pagar	-	22.736	22.736
Provisão para litígios	-	11.941	11.941
Imobilizações de obras	37.359	(37.359)	-
Transferência de contas a receber vinculadas à concessão	732	-	732
Transf. para intangível em serviço	(13)	-	(13)
Quotas de depreciação no resultado	(247.360)	-	(247.360)
Quotas de depreciação - créditos de Pasep/Cofins	(1.016)	-	(1.016)
Baixas	(17.049)	(1.010)	(18.059)
Em 30.09.2011	5.787.888	1.175.851	6.963.739

16.4 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	30.09.2012	31.12.2011
Geração		
Equipamento geral	6,20	9,73
Geradores	2,83	3,09
Reservatórios, barragens e adutoras	1,99	2,00
Turbina hidráulica	2,45	2,47
Turbinas a gás e a vapor	2,26	5,00
Resfriamento e tratamento de água	4,40	4,40
Condicionador de gás	4,40	4,40
Administração central		
Edificações	3,33	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	10,00
Móveis e utensílios	6,25	10,00
Veículos	14,29	20,00
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	7,70	7,70
Equipamentos terminais	10,50	10,50
Infraestrutura	6,30	6,30

A Companhia, onde aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A partir de 1º.01.2012, as taxas de depreciação sofreram alterações em virtude da revisão das vidas úteis realizadas pelo Órgão Regulador (Aneel), conforme Resolução Normativa nº 474, de 07.02.2012. O efeito no resultado foi de R\$ 458.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,92%.

16.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico da recuperabilidade de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão apresentadas na NE nº 15.6 das Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31.12.2011.

16.6 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro - leste do Estado do Paraná.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica de Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Copel naquela usina.

A energia da Usina Hidrelétrica de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na database de 1º.11.2006, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 153,30 em 30.09.2012. Foram negociados 192 MW médios, fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica de Mauá foi assinada em 21.07.2008.

Devido à liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública nº 1999.7001.007514-6, que provocou atraso no início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Copel está lastreando os CCEARs relativos à UHE Mauá com geração própria e com energia adquirida em contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 28.06.2012 foi realizado o fechamento das comportas das estruturas de desvio do rio, iniciando o enchimento do reservatório. O empreendimento entrará em operação comercial neste semestre.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso, na proporção de quota-parte. Em 30.09.2012, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 844.502.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Mauá montam em R\$ 35.602 em 30.09.2012 (R\$ 31.011 em 31.12.2011).

16.7 UHE Colíder

Em 30.07.2010, através do Leilão de energia nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou o enquadramento do projeto da Usina Hidrelétrica Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 117,39 em 30.09.2012. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado. Em 30.09.2012, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso relativo ao empreendimento totalizava R\$ 903.038.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 589.869 em 30.09.2012.

16.8 PCH Cavernoso II

Em 26.08.2010, no Leilão nº 07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Candói, no Estado do Paraná. Em função desta comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133/11, do Ministério de Minas e Energia.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 166,828 em 30.09.2012. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2013 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.02.2011, do Ministério de Minas e Energia, é de 10,56 MW médios.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e consequente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado. Em 30.09.2012, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso relativo ao empreendimento totalizava R\$ 96.475.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à PCH Cavernoso montam em R\$ 11.917 em 30.09.2012.

17 Intangível

	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Consolidado
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽²⁾		
								30.09.2012
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	15.158	(2.855)	43	12.346
Copel Distribuição (17.1)	-	-	3.695.887	(3.063.323)	-	-	-	632.564
Copel Distribuição-obrig. especiais (17.6)	-	-	(318.105)	200.795	-	-	-	(117.310)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.479	(5.211)	-	20.268
Compagas (17.2)	-	-	215.872	(83.533)	4.064	(2.801)	-	133.602
Elejor (17.3)	-	-	263.920	(58.535)	-	-	-	205.385
UEG Araucária	-	-	-	-	238	(134)	-	104
Transmissora Sul Brasileira	-	-	-	-	2	-	-	2
Direito de concessão - Elejor (17.3)	22.626	(4.902)	-	-	-	-	-	17.724
Direito de autorização - Cutia (17.4)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(4.902)	3.857.574	(3.004.596)	44.941	(11.001)	43	910.494
Com vida útil indefinida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(4.902)	3.857.574	(3.004.596)	44.941	(11.001)	82	910.533
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (17.5)	-	-	27.204	-	899	-	4.176	32.279
Copel Distribuição (17.1)	-	-	876.498	-	-	-	-	876.498
Copel Distribuição-obrig. especiais (17.6)	-	-	(64.656)	-	-	-	-	(64.656)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.546	-	7	1.553
Compagas	-	-	45.421	-	-	-	-	45.421
Elejor	-	-	-	-	-	-	2.790	2.790
Cutia	-	-	-	-	-	-	5.201	5.201
Transmissora Sul Brasileira	-	-	-	-	-	-	2	2
Caiuá	-	-	-	-	-	-	3	3
Integração Maranhense	-	-	-	-	-	-	1	1
	-	-	884.467	-	2.445	-	12.180	899.092
								1.809.625

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização : 20%

	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Consolidado
	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽¹⁾	custo	amortização acumulada ⁽²⁾		
								31.12.2011
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	3.140	(2.281)	43	902
Copel Distribuição (17.1)	-	-	3.783.331	(2.895.710)	-	-	-	887.621
Copel Distribuição-obrig. especiais (17.6)	-	-	(367.099)	166.655	-	-	-	(200.444)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	5.936	(4.256)	-	1.680
Compagas (17.2)	-	-	199.932	(74.320)	4.053	(2.526)	-	127.139
Elejor (17.3)	-	-	263.920	(52.279)	-	-	-	211.641
UEG Araucária	-	-	-	-	230	(106)	-	124
Direito de concessão - Elejor (17.3)	22.626	(4.337)	-	-	-	-	-	18.289
Direito de autorização - Cutia (17.4)	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(4.337)	3.880.084	(2.855.654)	13.359	(9.169)	43	1.052.761
Com vida útil indefinida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagas	-	-	-	-	-	-	20	20
	-	-	-	-	-	-	38	38
	28.435	(4.337)	3.880.084	(2.855.654)	13.359	(9.169)	81	1.052.799
Em curso								
Copel Geração e Transmissão (17.5)	-	-	26.120	-	10.430	-	1.686	38.236
Copel Distribuição (17.1)	-	-	599.794	-	-	-	-	599.794
Copel Distribuição-obrig. especiais (17.6)	-	-	(40.457)	-	-	-	-	(40.457)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	15.100	-	5	15.105
Compagas	-	-	48.677	-	-	-	-	48.677
Elejor	-	-	-	-	-	-	2.790	2.790
Cutia	-	-	-	-	-	-	4.913	4.913
	-	-	634.134	-	25.530	-	9.394	669.058
								1.721.857

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível

	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Saldos								
Em 1º.01.2012	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	24.098	4.271	34.924	1.721.857
Programa de investimentos	-	608.352	-	-	-	-	11.361	619.713
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(62.428)	-	-	-	(62.428)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.729	-	-	-	-	-	1.729
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - remensuração Res. nº 474/2012	(136.658)	-	60.802	-	-	-	-	(75.856)
Transferências para contas impostos a compensar	(8.073)	(301)	-	-	-	-	-	(8.374)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 8.2)	-	(240.425)	-	26.421	-	-	-	(214.004)
Capitalizações para intangível em serviço	92.331	(92.331)	(11.808)	11.808	-	31.596	(31.596)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(191.066)	-	32.462	-	(565)	(1.859)	-	(161.028)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(9.004)	-	1.678	-	-	15	-	(7.311)
Variações monetárias	-	(645)	-	-	-	-	-	(645)
Baixas	(1.926)	(1.846)	-	-	-	-	(65)	(3.837)
Alienações	(191)	-	-	-	-	-	-	(191)
Em 30.09.2012	970.287	949.124	(117.310)	(64.656)	23.533	34.023	14.624	1.809.625

Saldos	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Consolidado
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	Obrigações especiais em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2011	1.353.133	639.950	(229.031)	(64.546)	19.043	2.323	28.082	1.748.954
Programa de investimentos	-	549.371	-	-	-	-	6.214	555.585
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(17.344)	-	-	-	(17.344)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	4.454	-	-	-	-	-	4.454
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(308.198)	-	-	-	-	-	(308.198)
Capitalizações para intangível em serviço	108.158	(108.158)	(16.864)	16.864	-	3.438	(3.438)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(196.546)	-	37.611	-	(565)	(573)	-	(160.073)
Quotas de amortização-créditos Pasep/Cofins	(10.962)	-	2.282	-	-	(167)	-	(8.847)
Transferências do imobilizado em serviço	-	-	-	-	-	13	-	13
Variações monetárias	-	(1.733)	-	-	-	-	-	(1.733)
Baixas	(14.701)	(4.491)	-	-	-	(1.585)	-	(20.777)
Em 30.09.2011	1.239.082	771.195	(206.002)	(65.026)	18.478	3.449	30.858	1.792.034

17.1 Copel Distribuição

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 29% ao ano, limitada ao prazo da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 8).

Em função da mudança de vida útil estabelecida pelo Órgão Regulador (Aneel), por meio da Resolução Normativa nº 474 de 07.02.2012, houve redução do Ativo Intangível de R\$ 75.856, transferido para o ativo financeiro da concessão.

17.2 Compagas

Ativo intangível relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás e o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. A construção de infraestrutura e aquisição de bens são consideradas como prestação de serviços do Poder Concedente, o Estado do Paraná.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Compagas, com expectativa de amortização média, limitada ao prazo da concessão, de 7,1% a.a. para os gasodutos construídos até 31.12.2008 e de 10% a.a. para os demais ativos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente e a Compagas será indenizada pelos investimentos efetuados com base no valor de reposição amortizado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

17.3 Elejor

Contrato de concessão

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (NE nº 24.2).

Direito de concessão

A aquisição das ações da Elejor pertencentes à Triunfo Participações S.A., em 18.12.2003, gerou direito de concessão no valor total de R\$ 22.626, que em 30.09.2012 apresenta o saldo de R\$ 17.724 na Controladora. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo remanescente tem vencimento em 2036. O efeito no resultado em 2012 foi de R\$ 565 (R\$ 565 em 2011).

17.4 Cutia

A aquisição das ações da Cutia gerou direito de autorização no valor de R\$ 5.809, que será amortizado durante o prazo da autorização, a partir do início da operação comercial do empreendimento, previsto para 1º.01.2015, conforme resoluções autorizativas da Aneel. O prazo da autorização dos parques eólicos é de 30 anos a contar da data de publicação das resoluções autorizativas no Diário Oficial, ocorrida em 05.01.2012.

17.5 Copel Geração e Transmissão

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível será constituído pelo prazo do contrato de concessão.

Em 30.09.2012 a Companhia possuía os seguintes valores registrados: referente ao Contrato de Concessão - UHE Mauá R\$ 12.640 (R\$ 12.341 em 31.12.2011) e ao Contrato de Concessão - UHE Colíder R\$ 14.564 (R\$ 13.779 em 31.12.2011).

17.6 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234/06, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338/08, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para

realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 1º.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da atividade de Distribuição.

17.7 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

Apesar de não haver indicadores de perda de recuperação, a Companhia apurou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- O crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- A taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 16.5.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	26.376	39.493
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	44.043	23.900
	70.419	63.393
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	2.958	152
Férias e 13º Salário	126.063	76.142
Participação nos lucros e/ou resultados	-	48.068
Participação nos lucros e/ou resultados do exercício	38.921	-
Desligamentos voluntários	30.190	36.338
Consignações a favor de terceiros	7	2
	198.139	160.702
	268.558	224.095

19 Fornecedores

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Encargos de uso da rede elétrica	81.877	79.795
Energia elétrica	379.850	316.262
Materiais e serviços	312.341	257.166
Gás para revenda	52.255	40.698
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	129.695	161.994
	956.018	855.915
Circulante	883.927	747.453
Não circulante - NC	72.091	108.462

19.1 Principais contratos de compra de energia

O quadro abaixo apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos estão apresentados pelo valor original e são reajustados anualmente pelo IPCA.

	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	933,72	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	452,34	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	11,55	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	69,02	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,13	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	157,17	14.12.2006	104,74
11º Leilão Ajuste P-12M	Jan a Dez 2012	26,89	30.09.2011	73,63
		1.694,82		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,31	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,65	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	74,77	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	15,48	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.038,65		

20 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	30.09.2012 Total	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Moeda estrangeira						
STN (20.1)	2.720	1.297	4.017	4.484	57.035	53.943
Eletrobrás	6	-	6	6	8	12
	2.726	1.297	4.023	4.490	57.043	53.955
Moeda nacional						
Banco do Brasil (20.2)	115.313	33.638	148.951	39.879	1.364.372	1.464.325
Eletrobrás (20.3)	52.265	1.460	53.725	45.454	191.016	216.031
Finep (20.4)	1.953	34	1.987	1.962	16.303	3.904
BNDES (20.5)	9.916	2.595	12.511	12.336	203.093	159.901
Banco do Brasil						
Repassse BNDES (20.6)	6.726	2.653	9.379	12.318	162.858	159.869
BNDES - Compagas	-	-	-	48	-	-
	186.173	40.380	226.553	111.997	1.937.642	2.004.030
	188.899	41.677	230.576	116.487	1.994.685	2.057.985

Controladora			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	30.09.2012 Total	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Moeda estrangeira						
STN (20.1)	2.720	1.297	4.017	4.484	57.035	53.943
Moeda nacional						
Banco do Brasil (20.2)	-	7.558	7.558	39.668	914.719	911.829
	2.720	8.855	11.575	44.152	971.754	965.772

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)			Consolidado Composição dos empréstimos			
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	%	31.12.2011	%
Moeda estrangeira						
Dólar norte-americano	8,26	12,56	61.066	2,74	58.445	2,69
			61.066	2,74	58.445	2,69
Moeda nacional						
TJLP	5,50	6,00	392.263	17,63	350.302	16,11
IGP-M	7,11	5,10	335	0,02	475	0,02
Ufir	0,00	0,00	117.582	5,28	115.074	5,29
Finel	1,38	1,01	127.159	5,71	146.411	6,73
UMBND	0,00	0,00	-	-	48	-
CDI	(32,28)	2,17	1.512.970	68,00	1.503.717	69,16
TR	0,29	1,21	3.544	0,16	-	-
Sem indexador	-	-	10.342	0,46	-	-
			2.164.195	97,26	2.116.027	97,31
			2.225.261	100,00	2.174.472	100,00
			Circulante	188.899	116.487	
			Não circulante	230.576	2.057.985	

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			30.09.2012	31.12.2011
2013	1.363	18.498	19.861	204.084
2014	1.364	744.330	745.694	729.022
2015	-	580.936	580.936	549.593
2016	-	254.986	254.986	243.894
2017	-	42.294	42.294	34.201
2018	-	41.384	41.384	33.292
2019	-	38.636	38.636	30.544
2020	-	35.261	35.261	27.949
2021	-	27.570	27.570	22.849
2022	-	27.565	27.565	22.844
após 2022	54.316	126.182	180.498	159.713
	57.043	1.937.642	1.994.685	2.057.985

Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2012	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472
Ingressos	-	-	-	69.914	69.914
Encargos	2.040	-	105.746	35.787	143.573
Variação monetária e cambial	153	4.358	209	1.343	6.063
Transferências	1.270	(1.270)	173.432	(173.432)	-
Amortização - principal	(1.563)	-	(25.575)	-	(27.138)
Amortização - juros e variação	(2.367)	-	(139.256)	-	(141.623)
Em 30.09.2012	4.023	57.043	226.553	1.937.642	2.225.261

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2011	14.516	51.412	68.579	1.229.570	1.364.077
Ingressos	-	-	-	799.197	799.197
Encargos	1.875	-	95.204	35.568	132.647
Variação monetária e cambial	611	5.408	39	1.135	7.193
Transferências	2.236	(2.236)	49.130	(49.130)	-
Amortização - principal	(6.393)	-	(30.463)	-	(36.856)
Amortização - juros e variação	(6.300)	-	(102.013)	-	(108.313)
Em 30.09.2011	6.545	54.584	80.476	2.016.340	2.157.945

20.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2012	31.12.2011
<i>Debt Conversion Bond</i>	17	12.04.2012	semestral	Libor semestral+0,8750%+0,20%	14.012	-	1.412
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	5.643	6.392
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	22.507	29.935
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	32.902	20.688
						61.052	58.427
						Circulante	4.017
						Não circulante	57.035
							53.943

Data da emissão: 20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Par Bond* e *Discount Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 25.111 e R\$ 17.595 (R\$ 22.076 e R\$ 15.477 em 31.12.2011), respectivamente (NE nº 5).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62

20.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2012	31.12.2011
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	353	487
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	423.668	396.295
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	167.025	155.925
NC 330600129 (d)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	29.380	30.454
NC 330600132 (e)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	232.537	240.170
NC 330600151 (f)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.236	18.902
NC 330600156 (g)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.444	14.919
NC 330600157 (h)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	37.465	38.697
NC 330600609 (i)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	590.215	608.355
						1.513.323	1.504.204
						Circulante	148.951
						Não circulante	1.364.372
							1.464.325

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c)

Controladora: (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

A primeira no valor de R\$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (i)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c)

Exclusivo para quitação de empréstimos : (d) (e) (f) (g) (h) (i)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

20.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2012	31.12.2011
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	127.159	146.411
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	17	19
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	458	506
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	172	190
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	211	230
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	90	98
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	55	59
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2021	8,0%	30.240	4.336	5.049
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	22.247	24.562
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	71.587	65.744
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	16.525	16.443
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.884	2.173
						244.741	261.484
						Circulante	53.725
						Não circulante	191.016
							45.454
							216.030

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa /PR: (l)

Recursos liberados:

RGR R\$ 11.532 e CDE R\$ 8.649: (h)

RGR R\$ 36.056 e CDE R\$ 27.048: (i)

RGR R\$ 87.052 e CDE R\$ 14.510: (j)

RGR R\$ 16.443 e CDE R\$ 2.740: (k)

RGR R\$ 2.219: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (k)

20.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2012	31.12.2011
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	2.582	3.440
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	1.821	2.426
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	10.341	-
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	3.546	-
						18.290	5.866
						Circulante	1.987
						Não circulante	1.962
						16.303	3.904

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de intranet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação : (a) (b) (c)

Observações:

(c) Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas, dividido em Subcrédito A, no valor de R\$ 35.095, e Subcrédito B, no valor de R\$ 17.103. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R\$ 8.324.

O vencimento da 1ª parcela é 15.02.2014.

20.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			30.09.2012	31.12.2011
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	172.102	172.237
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	41.275	-
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	2.227	-
							215.604	172.237
						Circulante	12.511	12.336
						Não circulante	203.093	159.901

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b) (c)

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais: (c)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

20.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			30.09.2012	31.12.2011
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	172.237	172.187
							172.237	172.187
							Circulante 9.379	12.318
							Não circulante 162.858	159.869

Empresa

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

20.7 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 30.09.2012 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

21 Benefícios Pós-Emprego

21.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as

companhias abertas o CPC 33/IAS 19 e IFRIC 14, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

21.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas subsidiárias alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

21.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Plano previdenciário (21.1)	333	14.410
Plano assistencial (21.2)	491.993	454.465
	492.326	468.875
Circulante	22.281	36.037
Não circulante	470.045	432.838

Os valores consolidados reconhecidos na demonstração do resultado do período estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Plano previdenciário (CD)	42.160	35.963
Plano previdenciário (CD) - administradores	394	414
Plano assistencial - pós-emprego	53.667	41.304
Plano assistencial	34.111	24.951
Plano assistencial - administradores	42	29
	130.374	102.661
(-) Apropriação no imobilizado e intangível em curso	(8.782)	(5.330)
	121.592	97.331

21.4 Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	36.037	432.838	468.875
Apropriação do cálculo atuarial	-	53.667	53.667
Contribuições previdenciárias e assistenciais	76.707	-	76.707
Transferências	16.460	(16.460)	-
Amortizações	(106.923)	-	(106.923)
Em 30.09.2012	22.281	470.045	492.326

Consolidado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2011	24.255	384.208	408.463
Apropriação do cálculo atuarial	-	41.304	41.304
Contribuições previdenciárias e assistenciais	61.357	-	61.357
Transferências	12.021	(12.021)	-
Amortizações	(73.092)	-	(73.092)
Em 30.09.2011	24.541	413.491	438.032

21.5 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09

A Companhia, em atendimento à Deliberação CVM nº 600/09, opta pela elaboração do laudo atuarial anualmente.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial de 31.12.2011 estão contidas na NE nº 21 das Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31.12.2011.

22 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.706	20.718
Reserva global de reversão - RGR	18.962	19.639
Conta de consumo de combustível - CCC	17.189	30.154
	59.857	70.511

23 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

23.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2012	Saldo em 31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.215	-	3.215	3.018
MME	-	1.608	-	1.608	1.510
P&D	18.767	-	119.181	137.948	120.936
	18.767	4.823	119.181	142.771	125.464
Programa de eficiência energética - PEE	39.633	-	68.974	108.607	126.100
	58.400	4.823	188.155	251.378	251.564
			Circulante	112.313	156.915
			Não circulante	139.065	94.649

23.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT		MME		P&D		PEE		Consolidado
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1�.01.2012	3.017	-	1.510	-	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564
Constituições	13.052	1.275	6.527	637	639	13.689	-	19.119	54.938
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Juros Selic	-	-	-	-	91	7.000	-	4.596	11.687
Transferências	1.275	(1.275)	637	(637)	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(14.129)	-	(7.066)	-	-	-	-	-	(21.195)
Conclusões	-	-	-	-	(4.408)	-	(41.220)	-	(45.628)
Em 30.09.2012	3.215	-	1.608	-	31.232	106.716	76.258	32.349	251.378

	FNDCT		MME		P&D		PEE		Consolidado
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1�.01.2011	2.686	-	1.344	-	40.333	68.728	111.628	22.004	246.723
Constituições	13.017	-	6.508	-	1.239	11.808	-	17.925	50.497
Juros Selic	-	-	-	-	173	7.711	-	6.121	14.005
Transferências	-	-	-	-	(629)	629	-	-	-
Recolhimentos	(12.659)	-	(6.328)	-	-	-	-	-	(18.987)
Conclusões	-	-	-	-	(13.138)	-	(14.055)	-	(27.193)
Em 30.09.2011	3.044	-	1.524	-	27.978	88.876	97.573	46.050	265.045

24 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível.

Consolidado		Passivo circulante		Passivo não circulante	
		30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Copel Geração e Transmissão					
UHE Mauá (24.1.1)		728	615	11.912	11.726
UHE Colider (24.1.2)		-	-	14.564	13.779
Elejor					
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (24.2.1)		44.041	44.041	373.577	344.937
		44.769	44.656	400.053	370.442

No período findo em 30.09.2012, foram registradas despesas de R\$ 61.670 e R\$ 6.098 (R\$ 61.696 e R\$ 6.064, no mesmo período de 2011) nas contas de despesas financeiras e de amortização de intangível.

24.1 Geração e Transmissão

24.1.1 UHE Mauá (NE nº 16.6)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de 1.262), conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/07 - MME UHE Mauá.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 5,65% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 30.09.2012 é de R\$ 12.640 (R\$ 12.341 em 31.12.2011).

24.1.2 UHE Colíder (NE 16.7)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Copel recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, conforme Cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/11 - MME UHE Colíder.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 30.09.2012 é de R\$ 14.564 (R\$ 13.779 em 31.12.2011).

24.2 Elejor

24.2.1 Complexo Energético Fundão - Santa Clara - AHE's Fundão e Santa Clara

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Elejor recolherá à União, do 6º ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, conforme Termo de Ratificação do Lance, conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 125/01 - Aneel - Complexo Energético Fundão - Santa Clara - AHEs Fundão e Santa Clara.

As parcelas são corrigidas anualmente, tomando-se por base a variação do IGP-M, a partir de maio de 2001.

O valor principal na data de assinatura do contrato de concessão era de R\$ 570.000. Este valor atualizado mensalmente pela variação do IGP-M e abatido dos valores mensais já pagos, em 30.09.2012 representa a importância de R\$ 1.146.229 (R\$ 1.097.352 em 31.12.2011).

O referido montante original na data de assinatura do contrato foi registrado a valor presente, o qual, em 30.09.2012, está registrado no passivo pelo montante de R\$ 417.618 (R\$ 388.978 em 31.12.2011), sendo que R\$ 44.041 constam no Passivo Circulante e R\$ 373.577 no Passivo não Circulante.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 11% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

A presente concessão foi outorgada em 23.10.2001, com assinatura de contrato em 25.10.2001 e data final prevista para 25.10.2036.

25 Outras Contas a Pagar

		Consolidado
	30.09.2012	31.12.2011
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	21.395	19.332
Devolução ao consumidor	20.562	7.837
Parcerias em consórcios	16.265	7.031
Consumidores	15.658	17.412
Taxa de iluminação pública arrecadada	14.444	14.875
Cauções em garantia	10.101	7.688
Taxa de fiscalização Aneel	1.843	1.694
Outras obrigações	27.237	10.860
	127.505	86.729
	Circulante	127.490
	Não circulante	15
		86.676
		53

26 Contingências e Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 30.09.2012
Fiscais							
Cofins (26.1.1)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outros	47.374	19.752	(9.180)	-	-	(44)	57.902
	281.937	28.320	(9.180)	-	-	(44)	301.033
Trabalhistas	128.505	34.191	(1.630)	-	-	(11.289)	149.777
Benefícios a empregados	58.089	29.350	(149)	-	-	(11.266)	76.024
Cíveis							
Fornecedores (26.1.2)	88.003	2.179	(20.813)	-	-	-	69.369
Cíveis e direito administrativo	112.059	33.824	(9.333)	-	-	(6.057)	130.493
Servidões de passagem	4.839	808	(176)	-	-	(15)	5.456
Desapropriações e patrimoniais (26.1.3)	273.647	28.502	(93)	961	3.274	-	306.291
Consumidores	5.493	4.423	(2.506)	-	-	-	7.410
	484.041	69.736	(32.921)	961	3.274	(6.072)	519.019
Ambientais	104	82	-	-	-	-	186
Regulatórias (26.1.4)	48.147	220	(160)	-	-	(38)	48.169
	1.000.823	161.899	(44.040)	961	3.274	(28.709)	1.094.208

Consolidado	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 30.09.2011
Fiscais						
Cofins (26.1.1)	234.563	-	-	-	-	234.563
Outros	86.916	22.404	(42.317)	-	(852)	66.151
	321.479	22.404	(42.317)	-	(852)	300.714
Trabalhistas	146.348	6.597	(4.163)	-	(11.670)	137.112
Benefícios a empregados	53.245	10.812	(550)	-	(12.404)	51.103
Cíveis						
Fornecedores (26.1.2)	86.101	1.921	(176)	-	-	87.846
Cíveis e direito administrativo	73.237	29.734	(1.004)	-	(8.412)	93.555
Servidões de passagem	9.065	1.319	(5.108)	-	(484)	4.792
Desapropriações e patrimoniais (26.1.3)	132.709	5.595		11.941	-	150.245
Consumidores	5.305	807	(638)	-	(18)	5.456
	306.417	39.376	(6.926)	11.941	(8.914)	341.894
Ambientais	42	62	-	-	-	104
Regulatórias (26.1.4)	38.847	12.156	(4.677)	-	-	46.326
	866.378	91.407	(58.633)	11.941	(33.840)	877.253

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Saldo em 30.09.2012
Fiscais				
Cofins (26.1.1)	234.563	-	-	234.563
Outras	40.042	9.144	(4.200)	44.986
	274.605	9.144	(4.200)	279.549
Cíveis	9.929	8.267	-	18.196
Regulatórias (26.1.4)	10.821	-	-	10.821
	295.355	17.411	(4.200)	308.566

Controladora	Saldo em 1º.01.2011	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 30.09.2011
Fiscais					
Cofins (26.1.1)	234.563	-	-	-	234.563
Outras	45.718	2.110	(10.943)	(517)	36.368
	280.281	2.110	(10.943)	(517)	270.931
Cíveis	7.883	2.498	-	-	10.381
Regulatórias (26.1.4)	10.296	-	-	-	10.296
	298.460	4.608	(10.943)	(517)	291.608

26.1 Ações Prováveis

Os detalhamentos das naturezas das ações respondidas pela Companhia em 30.09.2012 são consistentes com aqueles apresentados na NE nº 26 das Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31.12.2011.

26.1.1 Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou a Intimação nº 9/2010, em 07.12.2010, expedida por agente fiscal da Receita Federal do Brasil de Curitiba, por meio do qual pretende exigir, da Copel, o pagamento de Cofins relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, em época própria, ser devedora da quantia de R\$ 40.678 a título de Cofins no período cobrado, e que o prazo prescricional do fisco para cobrança do referido crédito tributário teria ficado suspenso desde o trânsito em julgado do mandado de segurança nº 95.0011037-7, que reconheceu a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins, mas que foi rescindido por acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do processo n.º 2000.04.01.100266-9.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 40.678.

Por outro lado, sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído de seu direito de constituí-lo.

Para fins de suspender a exigibilidade deste crédito tributário foi impetrado Mandado de Segurança nº 5005264-27.2011.404.7000, perante a 1ª Vara Federal de Curitiba, cuja sentença foi desfavorável à Copel, reconhecendo a competência da Superintendência da Receita Federal para apreciar a impugnação da Companhia à Intimação Fiscal nº 09/2010, sem a necessidade de submeter-se ao trâmite comum das impugnações administrativas aos lançamentos tributários, as quais possuem efeito suspensivo e são regidas pelo duplo grau de jurisdição administrativa. Estrategicamente optou a Companhia por não recorrer de tal sentença, para levar a discussão judicial para o âmbito dos embargos à execução onde a cognição é mais ampla, inclusive com a possibilidade de produzir todos os meios de prova necessários.

Diante disto, e como a Intimação nº 09/2010, concernente ao principal do débito de Cofins de R\$ 40.678 relativo ao período de Agosto de 1995 a Dezembro de 1996, foi julgada procedente pela SRF, o débito foi inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 11 018367-09.

A União então propôs a execução fiscal do débito inscrito na Intimação nº 09/2010, autos nº 5015930-53.2010.404.7000, em trâmite na 2ª Vara Federal, no valor de R\$ 48.814. A Copel então realizou o depósito judicial da quantia exequenda e, em seguida, ajuizou os Embargos à Execução (autos nº 5022933-59.2012.404.7000) os quais foram recebidos em seu efeito suspensivo.

Os juros e multa concernentes ao referido débito tributário são objeto do processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, os quais totalizam em 30.09.2012 o montante de R\$ 131.611 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Houve julgamento recente neste processo (11453-720.001/2011-23), no qual a 2ª Turma da 1ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF deu provimento, por maioria, ao Recurso Administrativo da Copel para julgar improcedente o lançamento dos juros e da multa referente ao débito de COFINS do período de 1995/1996, objeto do processo 10980.004398/2010-09. Ainda cabe, em tese, recurso especial da Fazenda Nacional para a Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

No último semestre de 2010, transitou em julgado, perante o TRF/4ª Região, a Ação Rescisória nº 2000.04.01.100266-9, favoravelmente à União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Como resultado desse julgamento, a Receita Federal lavrou o referido auto de infração, por meio do qual pretende exigir o pagamento de Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, em razão da procedência da ação rescisória nº 2000.04.01.100266-9.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu de seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

Os juros e multa concernentes ao referido débito tributário totalizam em 30.09.2012 o montante de R\$ 504.113 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Em recente julgamento, a 2ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por maioria, deu provimento ao Recurso administrativo da Copel para reconhecer a decadência do lançamento da Cofins. Esse julgamento está pendente de Recurso de Embargos de Declaração da Fazenda Nacional. Ainda cabe, em tese, recurso especial da Fazenda Nacional para a Câmara Superior de Recursos Fiscais.

26.1.2 Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 30.09.2012, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 19.656 estão contabilizados na conta Fornecedores.

A Copel não concorda que haja saldo remanescente. Contudo, o juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública entendeu como devido o valor de R\$ 22.162, e liberou em favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.371, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. A questão ainda está sob judice, e foi objeto de recurso.

26.1.3 Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4ª Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.

A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 271.564, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança de selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 30.09.2012, ou seja, R\$ 230.668.

Há que se considerar, ainda, que houve julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a Copel a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas, acórdão contra o qual a Companhia, em agosto de 2012, opôs recurso de embargos de declaração.

26.1.4 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 35.535, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

26.2 Ações Possíveis

Consolidado	30.09.2012	31.12.2011
Fiscais (26.2.1)	1.182.561	1.246.954
Cíveis (26.2.2)	769.372	542.386
Trabalhistas	238.723	176.448
Benefícios a empregados	39.917	37.788
Regulatórias	18.640	12.907
	2.249.213	2.016.483

As principais causas possíveis estão detalhadas a seguir:

26.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23 e nº 10980720458/2011-15, advindos do resultado da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 635.724 referente a juros e multas, cujo débito principal está provisionado nas demonstrações financeiras em virtude de sua classificação como perda provável, porém em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 26.1.1, deste relatório.
- Exigências fiscais conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014, de autoria do Instituto Nacional de

Seguridade Social - INSS, contra a Copel referente à execução fiscal de Contribuição Previdenciária;

- Exigências fiscais conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 63.667 em 30.09.2012, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

26.2.2 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 214.988, atualizado em 30.09.2012. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina. Atualmente o processo encontra-se concluso com o Juiz desde 24.07.2012.
- Ivaí Engenharia de Obras S.A. Ação que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação o montante de R\$ 230.668. Informações adicionais estão descritas no item 26.1.3, deste relatório.
- Em ação proposta por Vitor Cezar Jorge Medeiros, em que contende com a Copel a respeito de contrato de franquia, e pretende o reconhecimento de subconcessão, com a transferência dos serviços e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, a sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba, nos autos n. 5017789-75.2010.404.7000, atendeu parcialmente o pleito e declarou a nulidade do contrato de franquia, e a realização de transferência de concessão de serviço público da Copel para o autor entre julho de 2001 a setembro de 2005, nos Municípios e localidades de Faxinal, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Grandes Rios, Cruzmaltina, Nova Amoreira e São José (Município de Marilândia do Sul), com a consequente condenação da Copel ao pagamento das tarifas durante o período, com juros e correção monetária, bem como a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de taxa de franquia, além das importâncias depositadas a título de fundo de propaganda, com juros e correção monetária. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, em processamento ainda no TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível no montante de R\$ 137.247 em 30.09.2012. O autor também promoveu uma Reclamação no STF sob n. 13.592, à qual foi negado seguimento pelo Ministro Marco Aurélio em agosto de 2012. O reclamante interpôs agravo regimental, em processamento no STF.

27 Patrimônio Líquido

27.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

27.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 30.09.2012 (e em 31.12.2011), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.509.165	13,45	129.467	33,91	60.361.791	47,07	80.000.423	29,23
NYSE ⁽²⁾	112.049	0,08	-	-	40.460.206	31,55	40.572.255	14,83
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	84.402	0,07	84.402	0,03
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	373.326	0,25	243.017	63,65	36.970	0,03	653.313	0,24
	145.031.080	100,00	381.810	100,00	128.242.485	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 30.09.2012 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	4.030.385
Ações preferenciais classe "A"	381.810	14.944
Ações preferenciais classe "B"	128.242.485	4.254.642
	273.655.375	8.299.971

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

27.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial das IFRSs. A contrapartida deste ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação desta conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2012	1.457.081	1.457.081
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras - Copel Geração e Transmissão (*)	1.273	1.928
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	(655)
Aplicações financeiras - Copel Distribuição (*)	(6)	(10)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	4
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	(8.657)	(13.116)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	4.459
Investimentos disponíveis para venda - Copel	148	148
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(51)	(51)
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(76.614)	(116.081)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	39.467
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(467)	(707)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	240
Em 30.09.2012	1.372.707	1.372.707

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2011	1.559.516	1.559.516
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		
Contas a receber vinculadas à concessão - Copel Distribuição (*)	(1.598)	(2.421)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	823
Realizações dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído - Copel Geração e Transmissão (*)	(61.601)	(93.335)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	31.734
Custo atribuído - Dominó Holdings (*)	(1.052)	(1.594)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	542
Em 30.09.2011	1.495.265	1.495.265

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

27.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

		Controladora	
		30.09.2012	30.09.2011
Numerador básico e diluído			
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:			
Ações preferenciais classe "A"		1.188	1.453
Ações preferenciais classe "B"		397.006	480.427
Ações ordinárias		408.169	493.951
		806.363	975.831
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares):			
Ações preferenciais classe "A"		383.736	388.140
Ações preferenciais classe "B"		128.240.559	128.236.155
Ações ordinárias		145.031.080	145.031.080
		273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:			
Ações preferenciais classe "A"		3,0959	3,7435
Ações preferenciais classe "B"		3,0958	3,7464
Ações ordinárias		2,8144	3,4058

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

27.2 Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Consolidado				
	Comp pagas	Elejor	UEG Araucária	Total
Em 1º.01.2012	101.175	14.215	127.444	242.834
Dividendos intermediários	-	(1.192)	-	(1.192)
Resultado do período	7.365	6.780	3.501	17.646
Em 30.09.2012	108.540	19.803	130.945	259.288

Consolidado				
	Comp pagas	Elejor	UEG Araucária	Total
Em 1º.01.2011	95.393	41.464	128.846	265.703
Devolução de Afac	-	(30.814)	-	(30.814)
Dividendos propostos	(6.334)	-	-	(6.334)
Resultado do período	12.634	90	(465)	12.259
Em 30.09.2011	101.693	10.740	128.381	240.814

28 Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (28.5)	ISSQN	Receita líquida
						30.09.2012
Fornecimento de energia elétrica (28.1)	3.029.438	(280.489)	(850.673)	(74.338)	-	1.823.938
Suprimento de energia elétrica (28.2)	1.410.405	(132.089)	(195)	(47.612)	-	1.230.509
Disponibilidade da rede elétrica (28.3)	3.962.457	(356.251)	(920.898)	(483.198)	-	2.202.110
Receita de construção	383.268	-	-	-	-	383.268
Telecomunicações	120.469	(6.320)	(21.351)	-	(281)	92.517
Distribuição de gás canalizado	304.480	(27.993)	(36.865)	-	-	239.622
Outras receitas operacionais (28.4)	154.664	(16.542)	(3)	-	(967)	137.152
	9.365.181	(819.684)	(1.829.985)	(605.148)	(1.248)	6.109.116

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (28.5)	ISSQN	Receita líquida
						30.09.2011
Fornecimento de energia elétrica (28.1)	2.748.977	(256.507)	(733.388)	(22.219)	-	1.736.863
Suprimento de energia elétrica (28.2)	1.216.704	(114.579)	(296)	(45.126)	-	1.056.703
Disponibilidade da rede elétrica (28.3)	3.865.352	(350.463)	(955.923)	(515.482)	-	2.043.484
Receita de construção	476.592	-	-	-	-	476.592
Telecomunicações	112.835	(6.892)	(18.347)	-	(459)	87.137
Distribuição de gás canalizado	254.791	(23.200)	(31.964)	-	(8)	199.619
Outras receitas operacionais (28.4)	99.425	(9.553)	(1)	(6.886)	(769)	82.216
	8.774.676	(761.194)	(1.739.919)	(589.713)	(1.236)	5.682.614

28.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Fornecimento de energia elétrica				
Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Residencial	955.767	917.277	575.440	579.555
Industrial	1.052.329	921.684	633.577	582.340
Comercial, serviços e outras atividades	676.899	601.807	407.542	380.235
Rural	127.840	116.786	76.969	73.788
Poder público	81.451	77.112	49.039	48.721
Iluminação pública	68.158	56.440	41.036	35.660
Serviço público	66.994	57.871	40.335	36.564
	3.029.438	2.748.977	1.823.938	1.736.863

28.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2012	30.09.2011
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	975.438	936.284
Contratos bilaterais	203.798	176.021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	231.169	104.399
	1.410.405	1.216.704

28.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Disponibilidade da rede elétrica				
Consolidado		Receita bruta		Receita líquida
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Residencial	1.245.004	1.194.599	691.903	631.545
Industrial	963.459	1.066.256	535.435	563.694
Comercial, serviços e outras atividades	840.594	818.130	467.155	432.518
Rural	174.001	158.037	96.700	83.549
Poder público	106.867	104.641	59.391	55.320
Iluminação pública	82.126	81.216	45.641	42.936
Serviço público	80.724	78.546	44.862	41.525
Consumidores livres	153.748	152.644	85.444	80.698
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.876	1.956	1.043	1.034
Receita de operação e manutenção - O&M	38.298	33.113	21.284	17.506
Receita de juros efetivos	275.760	176.214	153.252	93.159
	3.962.457	3.865.352	2.202.110	2.043.484

28.4 Outras receitas operacionais

Consolidado		Receita bruta	
	30.09.2012	30.09.2011	
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 32.2)	111.009	66.475	
Renda da prestação de serviços	35.702	28.103	
Serviço taxado	5.993	3.641	
Outras receitas	1.960	1.206	
	154.664	99.425	

28.5 Encargos do consumidor

		Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	
Conta de consumo de combustível - CCC	238.133	257.111	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	211.585	187.078	
Quota para reserva global de reversão - RGR	89.021	84.275	
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE nº 23.2)	54.938	50.497	
Outros encargos	11.471	10.752	
	605.148	589.713	

29 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					30.09.2012
Energia elétrica comprada para revenda (29.1)	(1.970.725)	-	-	-	(1.970.725)
Encargos de uso da rede elétrica (29.2)	(559.174)	-	-	-	(559.174)
Pessoal e administradores (29.3)	(606.951)	(6.515)	(174.694)	-	(788.160)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21)	(94.193)	(672)	(26.727)	-	(121.592)
Material (29.4)	(44.794)	(308)	(7.394)	-	(52.496)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(18.563)	-	-	-	(18.563)
Gás natural e insumos para operação de gás	(183.088)	-	-	-	(183.088)
Serviços de terceiros (29.5)	(222.909)	(28.258)	(52.411)	-	(303.578)
Depreciação e amortização	(384.079)	(31)	(26.513)	(1.113)	(411.736)
Provisões e reversões (29.6)	-	182	-	(113.976)	(113.794)
Custo de construção (29.7)	(379.214)	-	-	-	(379.214)
Outros custos e despesas operacionais (29.8)	(4.248)	4.136	(63.283)	(114.103)	(177.498)
	(4.467.938)	(31.466)	(351.022)	(229.192)	(5.079.618)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Consolidado
					30.09.2011
Energia elétrica comprada para revenda (29.1)	(1.611.531)	-	-	-	(1.611.531)
Encargos de uso da rede elétrica (29.2)	(473.562)	-	-	-	(473.562)
Pessoal e administradores (29.3)	(520.731)	(5.453)	(151.242)	-	(677.426)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21)	(75.727)	(540)	(21.064)	-	(97.331)
Material (29.4)	(51.467)	(519)	(6.674)	-	(58.660)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.149)	-	-	-	(20.149)
Gás natural e insumos para operação de gás	(132.925)	-	-	-	(132.925)
Serviços de terceiros (29.5)	(188.869)	(22.789)	(63.805)	-	(275.463)
Depreciação e amortização	(383.920)	(30)	(22.917)	(1.113)	(407.980)
Provisões e reversões (29.6)	-	(32.513)	-	(48.907)	(81.420)
Custo de construção (29.7)	(475.228)	-	-	-	(475.228)
Outros custos e despesas operacionais (29.8)	(692)	2.986	(57.068)	(169.127)	(223.901)
	(3.934.801)	(58.858)	(322.770)	(219.147)	(4.535.576)

Os custos e despesas operacionais da Controladora são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			30.09.2012
Administradores (29.3)	(6.859)	-	(6.859)
Plano assistencial	(403)	-	(403)
Material	(32)	-	(32)
Serviços de terceiros	(2.417)	-	(2.417)
Depreciação e amortização	-	(566)	(566)
Provisões e reversões (29.6)	-	(13.211)	(13.211)
Outras despesas operacionais	(7.608)	467	(7.141)
	(17.319)	(13.310)	(30.629)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total Controladora
			30.09.2011
Administradores (29.3)	(5.710)	-	(5.710)
Plano assistencial	(443)	-	(443)
Material	(37)	-	(37)
Serviços de terceiros	(3.225)	-	(3.225)
Depreciação e amortização	-	(566)	(566)
Provisões e reversões (29.6)	-	6.335	6.335
Outras despesas operacionais	(8.541)	148	(8.393)
	(17.956)	5.917	(12.039)

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Itaipu Binacional	364.616	338.208
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.385.552	1.171.717
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	166.164	25.355
Contratos bilaterais	150.092	142.121
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	107.512	77.160
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(203.211)	(143.030)
	1.970.725	1.611.531

29.2 Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	109.849	162.328
Encargos de uso do sistema - distribuição	405.854	303.529
Encargos de transporte de Itaipu	33.491	31.183
Encargos dos serviços do sistema - ESS	26.868	9.894
Encargo de Energia de Reserva - EER	40.226	10.486
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(57.114)	(43.858)
	559.174	473.562

29.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Pessoal				
Remunerações	-	-	542.761	439.878
Encargos sociais	-	-	202.644	154.760
	-	-	745.405	594.638
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	-	-	40.228	69.912
Auxílio alimentação e educação	-	-	60.515	50.268
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadoria	-	-	20.526	50.748
	-	-	866.674	765.566
(-) Apropriação no imobilizado e no intangível em curso (a)	-	-	(89.040)	(96.233)
	-	-	777.634	669.333
Administradores				
Honorários	4.102	4.509	6.852	6.569
Encargos sociais	1.404	1.201	2.063	1.524
Outros gastos	1.353	-	1.611	-
	6.859	5.710	10.526	8.093
	6.859	5.710	788.160	677.426

a) No valor referente à apropriação de mão de obra direta no imobilizado e no intangível em curso não são consideradas as despesas administrativas.

29.4 Material

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Combustíveis e peças para veículos	20.758	19.057
Sistema elétrico	11.438	17.925
Informática	2.166	1.080
Outros materiais	18.134	20.598
	52.496	58.660

29.5 Serviços de terceiros

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Manutenção do sistema elétrico	81.580	65.757
Manutenção de instalações	55.028	48.612
Leitura e entrega de faturas	26.545	18.534
Agentes autorizados e credenciados	23.795	19.034
Comunicação, processamento e transmissão de dados	33.152	39.525
Consultoria e auditoria	19.339	21.688
Outros serviços	64.139	62.313
	303.578	275.463

29.6 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa				
Clientes	-	-	(668)	32.415
Outros créditos	-	-	485	98
	-	-	(183)	32.513
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	-	-	(3.882)	16.133
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 26)				
Cofins	-	-	8.568	-
Fiscais	4.944	(8.833)	10.572	(19.913)
Trabalhistas	-	-	32.561	2.434
Benefícios a empregados	-	-	29.201	10.262
Fornecedores	-	-	(18.634)	1.745
Cíveis e direito administrativo	8.267	2.498	24.491	28.730
Servidões de passagem	-	-	632	(3.789)
Desapropriações e patrimoniais	-	-	28.409	5.595
Consumidores	-	-	1.917	169
Ambientais	-	-	82	62
Regulatórias	-	-	60	7.479
	13.211	(6.335)	117.859	32.774
	13.211	(6.335)	113.794	81.420

29.7 Custo de construção

No quadro abaixo estão apresentados os saldos do custo de construção alocados nas respectivas naturezas de gasto:

	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011
Material	174.020	276.258
Serviços de terceiros	121.553	137.232
Pessoal	54.032	48.059
Outros	29.609	13.679
	379.214	475.228

29.8 Outros custos e despesas operacionais

			Consolidado
	30.09.2012		30.09.2011
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	77.329		94.254
Indenizações	23.566		31.101
Tributos	22.649		14.669
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 32.1)	20.495		13.236
Taxa de fiscalização da Aneel	16.281		14.614
Provisão (reversão) para perdas - contas a receber vinculadas a concessão	8.145		5.464
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	7.528		2.510
Propaganda e publicidade	5.812		3.173
Perdas na desativação e alienação de bens	1.988		48.092
Recuperação de custos e despesas	(34.951)		(30.944)
Outros custos e despesas, líquidos	28.656		27.732
	177.498		223.901

30 Resultado Financeiro

		Controladora	Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 7)	-	-	159.671	119.193
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	157.346	79.951
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	97.041	50.305
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.444	3.063	69.468	167.790
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	10	13	10.545	11.418
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	777	2.636
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	76.990	81.026	-	-
Outras receitas financeiras	7.904	8.762	29.127	28.909
	86.348	92.864	523.975	460.202
(-) Despesas financeiras				
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 8.2)	-	-	245.991	-
Encargos de dívidas	66.784	94.706	95.716	115.184
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	61.670	61.696
Juros sobre P&D e PEE	-	-	11.687	14.005
Variações monetárias e cambiais	9	1	11.418	19.104
Outras despesas financeiras	2.225	59.516	11.456	84.370
	69.018	154.223	437.938	294.359
	17.330	(61.359)	86.037	165.843

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2012 totalizaram R\$ 53.503, à taxa média de 8,14% a.a.

31 Segmentos Operacionais

31.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, através da presidência e das diretorias de cada área de negócio e considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. São gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

No período findo em 30.09.2012 todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no período de 2012.

Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes:

geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e também prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Centrais Eólicas do Paraná, Costa Oeste, Marumbi, Sul Brasileira, Cutia, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba;

distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagas; e

holding (HOL) - Tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel e da Dominó Holdings.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas apresentadas na NE nº 2. As operações intersegmentos são contabilizadas como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

31.2 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2012							
ATIVO TOTAL	10.637.621	7.869.530	399.418	291.505	14.316.963	(13.606.212)	19.908.825
ATIVO CIRCULANTE	1.290.194	1.990.730	63.810	92.736	1.057.866	(957.091)	3.538.245
Caixa e equivalentes de caixa	265.090	388.166	27.071	41.625	27.568	-	749.520
Títulos e valores mobiliários	433.754	22.857	-	-	174	-	456.785
Cauções e depósitos vinculados	1.805	9.393	-	1.094	-	-	12.292
Clientes	308.235	1.143.876	17.674	40.067	-	(52.638)	1.457.214
Dividendos a receber	-	-	-	-	912.385	(904.043)	8.342
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	73.018	-	-	-	-	73.018
Contas a receber vinculadas à concessão	114.631	-	-	-	-	-	114.631
Outros créditos	128.429	102.713	1.945	555	343	(410)	233.575
Estoques	27.749	80.299	9.985	919	-	-	118.952
Imposto de renda e contribuição social	3.829	90.219	4.230	-	117.385	-	215.663
Outros tributos correntes a recuperar	3.026	66.172	2.441	8.388	11	-	80.038
Despesas antecipadas	3.646	14.017	464	88	-	-	18.215
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.347.427	5.878.800	335.608	198.769	13.259.097	(12.649.121)	16.370.580
Realizável a Longo Prazo	1.347.861	4.547.692	19.263	19.725	1.558.969	(1.144.169)	6.349.341
Títulos e valores mobiliários	69.264	30.687	-	-	-	-	99.951
Cauções e depósitos vinculados	30.105	42.706	-	-	-	-	72.811
Clientes	-	31.650	89	6.584	-	(6.584)	31.739
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.319.965	-	-	-	-	1.319.965
Depósitos judiciais	22.763	261.820	1.039	302	271.935	-	557.859
Contas a receber vinculadas à concessão	1.165.803	2.405.618	-	-	-	-	3.571.421
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.647	-	-	12.647
Outros créditos	6.313	2.852	-	-	-	-	9.165
Imposto de renda e contribuição social	20.209	-	-	-	-	-	20.209
Outros tributos correntes a recuperar	4.848	62.545	8.022	-	-	-	75.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.556	389.849	10.113	-	138.904	-	567.422
Despesas antecipadas	-	-	-	192	-	10.545	10.737
Mútuos com controladas	-	-	-	-	1.148.130	(1.148.130)	-
Investimentos	414.566	4.012	-	-	11.700.124	(11.528.485)	590.217
Imobilizado	7.326.869	-	294.524	-	4	-	7.621.397
Intangível	258.131	1.327.096	21.821	179.044	-	23.533	1.809.625

31.3 Passivo por segmento reportável

PASSIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2012							
PASSIVO TOTAL	10.637.621	7.869.530	399.418	291.505	14.316.963	(13.606.212)	19.908.825
PASSIVO CIRCULANTE	1.179.350	1.852.323	35.146	63.497	112.660	(961.087)	2.281.889
Obrigações sociais e trabalhistas	68.400	177.795	17.161	4.950	252	-	268.558
Fornecedores	273.673	595.114	12.946	53.469	1.642	(52.917)	883.927
Imposto de renda e contribuição social	194.420	875	954	3.140	-	-	199.389
Outras obrigações fiscais	22.999	217.544	3.019	1.788	206	(110)	245.446
Empréstimos e financiamentos	60.328	162.666	24	-	11.575	(4.017)	230.576
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	435.840	457.063	-	-	98.423	(904.043)	87.283
Benefícios pós-emprego	5.935	15.570	776	-	-	-	22.281
Encargos do consumidor a recolher	7.756	52.101	-	-	-	-	59.857
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.487	96.826	-	-	-	-	112.313
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	44.769	-	-	-	-	-	44.769
Outras contas a pagar	49.743	76.769	266	150	562	-	127.490
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.415.637	2.236.603	34.014	6.498	1.280.320	(1.146.313)	4.826.759
Coligadas e controladas	249.018	833.676	-	-	-	(1.082.694)	-
Fornecedores	78.675	-	-	-	-	(6.584)	72.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	652.969	-	-	3.628	-	-	656.597
Empréstimos e financiamentos	459.076	607.028	13.862	-	971.754	(57.035)	1.994.685
Benefícios pós-emprego	128.063	320.809	19.507	1.666	-	-	470.045
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	43.415	95.650	-	-	-	-	139.065
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	400.053	-	-	-	-	-	400.053
Outras contas a pagar	15	-	-	-	-	-	15
Provisões para litígios	404.353	379.440	645	1.204	308.566	-	1.094.208
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.042.634	3.780.604	330.258	221.510	12.923.983	(11.498.812)	12.800.177
Capital social	4.269.343	2.624.841	240.398	135.943	7.023.368	(7.383.893)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.365.404	(6)	-	-	1.376.190	(1.368.881)	1.372.707
Reserva legal	212.887	135.294	5.306	16.258	552.734	(386.292)	536.187
Reserva de retenção de lucros	600.434	883.575	62.685	46.458	2.838.551	(1.813.060)	2.618.643
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	7.821	212.087	-	219.908
Lucros acumulados	594.566	136.900	21.869	15.030	921.053	(805.974)	883.444
Atribuível aos acionistas não controladores						259.288	259.288

31.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2012							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.907.046	4.164.053	126.818	259.526	-	(348.327)	6.109.116
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(983.740)	(4.075.767)	(97.140)	(239.720)	(31.624)	348.373	(5.079.618)
Energia elétrica comprada para revenda	(77.685)	(2.118.201)	-	-	-	225.161	(1.970.725)
Encargos de uso da rede elétrica	(175.234)	(464.917)	-	-	-	80.977	(559.174)
Pessoal e administradores	(195.857)	(524.423)	(45.915)	(15.079)	(6.886)	-	(788.160)
Planos previdenciário e assistencial	(30.479)	(83.244)	(6.032)	(1.434)	(403)	-	(121.592)
Material	(13.539)	(36.697)	(1.322)	(906)	(32)	-	(52.496)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(18.563)	-	-	-	-	-	(18.563)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(183.088)	-	-	(183.088)
Serviços de terceiros	(79.587)	(239.872)	(12.283)	(10.339)	(2.798)	41.301	(303.578)
Depreciação e amortização	(237.701)	(142.346)	(20.299)	(10.277)	(1.113)	-	(411.736)
Provisões e reversões	(8.649)	(87.504)	(3.544)	(886)	(13.211)	-	(113.794)
Custo de construção	(41.009)	(323.407)	-	(14.798)	-	-	(379.214)
Outros custos e despesas operacionais	(105.437)	(55.156)	(7.745)	(2.913)	(7.181)	934	(177.498)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10.236	-	-	-	836.647	(794.354)	52.529
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	933.542	88.286	29.678	19.806	805.023	(794.308)	1.082.027
Resultado financeiro	(52.785)	115.826	2.642	3.899	16.501	(46)	86.037
LUCRO OPERACIONAL	880.757	204.112	32.320	23.705	821.524	(794.354)	1.168.064
Imposto de renda e contribuição social	(291.541)	(119.895)	(12.253)	(10.164)	-	-	(433.853)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.249	52.683	1.802	1.489	30.575	-	89.798
LUCRO DO PERÍODO	592.465	136.900	21.869	15.030	852.099	(794.354)	824.009

32 Contratos de Arrendamento Operacional

32.1 A Companhia como arrendatária

		Consolidado
Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis	30.09.2012	30.09.2011
Imóveis	16.380	12.128
Fotocopiadora	926	1.105
Outros	4.299	983
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.110)	(980)
	20.495	13.236

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2011, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação rescisão contratual.

Do total de R\$ 16.380 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 7.568 referem-se ao contrato de locação do Polo Km 3, firmado entre as subsidiárias da Copel e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para as subsidiárias da Copel. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

32.2 A Companhia como arrendadora

		Consolidado
Receita de arrendamentos e aluguéis	30.09.2012	30.09.2011
Equipamentos e estruturas	49.266	40.636
Usina termelétrica de Araucária	60.541	24.614
Imóveis	571	630
Compartilhamento de instalações	631	595
	111.009	66.475

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade do Grupo. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

O compartilhamento de estrutura refere à cessão de pontos de fixação em espaço predeterminado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos das prestações de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001/99, e na Resolução Aneel nº 581/02. Objetiva também a redução dos custos de implantação de infraestrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

A UEG Araucária firmou “Contrato de Locação e Outras Avenças” em 28.12.2006 com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sócia não controladora, para locação da planta da usina pelo prazo de um ano, findo em 31.12.2007, prorrogado em diversas etapas até 31.12.2012, com cláusulas que preveem a possibilidade de rescisão antecipada, pela UEG Araucária, caso esta participe de leilões de energia promovidos pela Aneel. Este contrato prevê a utilização, pela Petrobras, do complexo da usina para geração de energia às suas expensas, cabendo à UEG Araucária receita de aluguel composta por parcelas fixa e variável definidas contratualmente.

33 Instrumentos Financeiros

33.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

Consolidado	Nível	Valor contábil	
		30.09.2012	31.12.2011
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 3)	-	749.520	1.049.125
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4)	1	335.306	438.310
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4)	2	221.430	206.298
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 5)	-	85.103	40.221
Clientes (NE nº 6)	-	1.488.953	1.400.818
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 7)	-	1.392.983	1.346.460
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 8)	3	3.686.052	3.317.100
Outros investimentos (NE nº 15)	1	17.862	17.714
Passivos Financeiros			
Empréstimos e financiamentos (NE nº 20)	-	2.225.261	2.174.472
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 24)	-	444.822	415.098
Eletrobrás - Itaipu	-	106.724	76.533
Petrobras - Compagas	-	52.255	40.698
Outros fornecedores	-	797.039	738.684
Derivativos	1	63	39

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

33.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa e Clientes têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná tem valor justo de R\$ 1.634.687 em 30.09.2012. Foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 3,69 % a.a. mais IGP-DI.

Os Títulos e valores mobiliários tem valor justo de R\$ 556.736 em 30.09.2012. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

As Cauções e depósitos vinculados têm valor justo de R\$ 81.974 em 30.09.2012. O valor justo da Cauções e depósitos vinculados a STN (NE 5.1) de R\$ 39.577 foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

As Contas a receber vinculadas à concessão têm sua composição detalhada na NE nº 8, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e
- Premissas adotadas pela Administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

Os Outros investimentos têm valor justo de R\$ 17.862. O valor justo do investimento na Investco S.A., de R\$ 9.111, foi mensurado aplicando o percentual de participação sobre o seu patrimônio líquido. O valor justo dos investimentos em Finam e Finor, de R\$ 1.901, foi atualizado com base no preço médio negociado no pregão da BMF&Bovespa em dezembro 2011 e 2010. Os investimentos em empresas com ações cotadas em bolsa de valores, tiveram seu valor justo de R\$ 6.850 mensurado com base no valor destas ações em 29.06.2012. Os demais investimentos foram mantidos a custo histórico, devido à impossibilidade de seus valores justos serem mensurados confiavelmente.

33.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos e financiamentos têm valor justo de R\$ 2.195.516 em 30.09.2012, considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público tem valor justo de R\$ 555.868 em 30.09.2012, considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

Eletrobrás - Itaipu, Petrobras e outros fornecedores têm valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

33.1.3 Ativos e passivos financeiros derivativos

As outras obrigações - derivativos Futuro de DI Ajuste - Passivo têm valor justo de R\$ 63, em

30.09.2012 (R\$ 39 em 31.12.2011). São classificadas na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

O ativo financeiro derivativo - fundos exclusivos - Ativo compõe a conta de Títulos e valores mobiliários têm valor justo de R\$ em 30.09.2012, classificado na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

33.2 Categoria de instrumentos financeiros

Consolidado		Valor contábil	
	30.09.2012	31.12.2011	
Ativos Financeiros			
Para negociação			
Equivalentes de caixa - aplicações no mercado aberto	687.723	1.014.044	
Títulos e valores mobiliários	156.122	60.022	
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	61.797	35.081	
Clientes	1.488.953	1.400.818	
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.392.983	1.346.460	
Contas a receber vinculadas à concessão	1.280.434	1.091.897	
Cauções e depósitos vinculados	85.103	40.221	
Disponível para venda			
Contas a receber vinculadas à concessão	2.405.618	2.225.203	
Títulos e valores mobiliários	388.648	567.429	
Outros investimentos	17.862	17.714	
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	11.966	17.157	
Passivos Financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Mantido para negociação			
Outras obrigações - derivativos	63	39	
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	2.225.261	2.174.472	
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	444.822	415.098	
Eletrobrás - Itaipu	106.724	76.533	
Petrobras - Compagas	52.255	40.698	
Outros fornecedores	797.039	738.684	

33.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Consolidado						Valor justo		Valor contábil líquido	
Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	
LFT	SELIC	14.07.2009	07.03.2012	Custo amortizado	-	5.919	-	5.920	
LF Caixa	CDI	03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	5.442	5.089	5.442	5.089	
LF Caixa	CDI	07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	6.524	6.101	6.524	6.100	

33.4 Fatores de risco

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.

33.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros apresentados abaixo

Consolidado		Valor contábil	
	30.09.2012	31.12.2011	
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	749.520	1.049.125	
Títulos e valores mobiliários (a)	556.736	644.608	
Cauções e depósitos vinculados (a)	85.103	40.221	
Clientes (b)	1.488.953	1.400.818	
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.392.983	1.346.460	
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	3.686.052	3.317.100	
Total	7.959.347	7.798.332	

a) Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política do Grupo em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná

A Administração da Companhia considera o risco de crédito sobre a CRC reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.

d) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado através da Receita Anual Permitida - RAP.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito sobre estes ativos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel), referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

33.4.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagas impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagas mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse destes custos.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			30.09.2012
Caução STN	42.706	-	42.706
Empréstimos e financiamentos	-	(61.066)	(61.066)
Fornecedores			
Eletrobrás (Itaipu)	-	(106.724)	(106.724)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	-	(52.255)	(52.255)
	42.706	(220.045)	(177.339)

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2012 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 2,00) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus do Bacen de 11.10.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de moeda estrangeira	Risco	Base 30.09.2012	Cenários projetados - dez.2012		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN	Alta do dólar	42.706	42.062	52.578	63.094
		42.706	42.062	52.578	63.094
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	61.052	60.132	75.165	90.198
Eetrobrás	Alta do dólar	14	14	17	21
		61.066	60.146	75.182	90.219
Fornecedores					
Eetrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	106.724	105.116	131.395	157.674
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	52.255	51.468	64.334	77.201
		158.979	156.584	195.729	234.875
Exposição líquida		(177.339)	(174.668)	(218.333)	(262.000)
Efeito esperado no resultado			2.671	(40.994)	(84.661)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

33.4.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (33.4.9), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			30.09.2012
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	687.723	-	687.723
Títulos e valores mobiliários	556.736	-	556.736
Cauções e depósitos vinculados	42.397	-	42.397
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.392.983	-	1.392.983
Contas a receber vinculadas à concessão	3.686.052	-	3.686.052
Empréstimos e financiamentos	-	(2.164.195)	(2.164.195)
	6.365.891	(2.164.195)	4.201.696

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2012 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 7,25%, IGP-DI - 8,81%, IGP-M - 8,49% e TJLP - 5,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus do Bacen de 11.10.2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2012		
		30.09.2012	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	Baixa CDI/SELIC	687.723	699.960	696.955	693.930
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	556.736	566.643	564.211	561.761
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	42.397	43.151	42.966	42.780
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.392.983	1.410.371	1.381.823	1.353.274
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.686.052	3.734.084	3.661.030	3.587.977
		6.365.891	6.454.209	6.346.985	6.239.722
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	1.513.323	1.540.036	1.546.502	1.552.888
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	127.159	127.509	128.041	128.573
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽¹⁾	117.582	117.582	117.582	117.582
Finep	Alta TJLP	18.290	18.536	18.597	18.656
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	215.604	218.509	219.218	219.920
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	172.237	174.558	175.124	175.684
		2.164.195	2.196.730	2.205.064	2.213.303
Exposição líquida		4.201.696	4.257.479	4.141.921	4.026.419
Efeito esperado no resultado			55.783	(59.775)	(175.277)

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à Ufir

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus

instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2012, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

33.4.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 30.09.2012 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

33.4.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Copel a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

33.4.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2012, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são satisfatórias no horizonte 2013/2016, e considerando ainda que existem sobras de garantia física no SIN nesse período, foi realizada avaliação de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado sob o aspecto estrutural, podendo-se concluir que a expansão prevista até 2016, mantidos os cronogramas programados neste PEN 2012, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 6,1 % a.a.,

atingindo 77 GWmed em 2016, contra os 4,6% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2014, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

33.4.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

	Data de vencimento das concessões/autorização
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza ^{(d) (e)}	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucaraniinha	12.10.2025
Mourão ^{(d) (e)}	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi	- ^(a)
São Jorge	03.12.2024
Chopim I ^{(d) (e)}	07.07.2015
Rio dos Patos ^{(b) (e)}	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa	- ^(c)
Salto do Vau	- ^(c)
Pitangui	- ^(c)
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2007	
Mauá - 51% da Copel	02.07.2042
Contrato de Concessão de Geração nº 001/2011	
Colider ^(h)	16.01.2046
Autorização	
Cavernoso II ^(h)	27.02.2046
Termelétrica	
Contrato de Concessão de Geração nº 045/1999	
Figueira	26.03.2019
Autorização	
UEG Araucária	22.12.2029
Palmas	28.09.2029
Linhas de Transmissão e Subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão ^{(d) (e)}	07.07.2015
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariáiva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté ^(h)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III ^(h)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT ^(h)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíba - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT ^(h)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 ^(h)	26.08.2042
Concessão - Copel Distribuição	
Contrato nº 046/99 - Instalações de Distribuição ^{(f) (g)}	07.07.2015
Concessão - Elejor	
Contrato nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Autorização - Elejor	
PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Concessão - Dona Francisca Energética	
Contrato nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
Concessão - Compagas	06.07.2024

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Encaminhado em 27.01.2011 requerimento solicitando a prorrogação da concessão (art.19 da Lei nº 9.074/95)

^(c) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

^(d) Encaminhado em 14.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão

^(e) Encaminhado em 09.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme Medida Provisória nº 579/2012

^(f) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão

^(g) Encaminhado em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme Medida Provisória nº 579/2012

^(h) Empreendimento em construção

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto à forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

33.4.8 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas devido à redução de receitas das controladas Compagas e UEG Araucária.

33.4.9 Instrumentos financeiros derivativos

Copel Geração e Transmissão

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

			Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2012		31.12.2011
Futuro DI Ajuste Diários - ativo	-		1
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(63)		(39)
Parcela circulante	(63)		(38)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registrados na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o período de 2012, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 3.838 (perda de R\$ 2.726 em 2011).

Os contratos são ajustados diariamente conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nocionais) desses contratos em aberto em 30.09.2012 correspondem a R\$ 95.063 (R\$ 88.135 em 31.12.2011).

Em 30.09.2012, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 6.326 (R\$ 5.930 em 31.12.2011), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 30.09.2012 e, para o cenário provável os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN com vencimento em 1º.01.2013.

Risco de derivativos	Risco	Base 30.09.2012	Cenários projetados - dez.2012		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(63)	(165)	(579)	(999)
		(63)	(165)	(579)	(999)
Efeito esperado no resultado			(102)	(516)	(936)

UEG Araucária

Risco de derivativos	Risco	Base 30.09.2012	Cenários projetados - dez.2012		
			Provável	Adverso	Remoto
Mercado futuro DI Aj. Diários - Passivo					
DI Futuro - BMF	Baixa do DI	(5)	(6)	(6)	(8)
Efeito esperado no resultado			(1)	(1)	(3)
Compra de Opções de Compra - Posição Titular					
Valor prêmio (despesa)	Baixa da Ação	(10)	(10)	(10)	(10)
Efeito esperado no resultado			(10)	(10)	(10)
Vendas de Opções de Compra - Posição Lançadora					
Valor prêmio (receita)	Alta da Ação	191			
Ativo	Alta da Ação	3.234	3.234	4.042	4.851
Efeito esperado no resultado			191	(617)	(1.426)

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos dos fundos exclusivos foi feita com base na expectativa de rentabilidade e das perdas, considerando o risco de eventual, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco.

A política de gestão de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos da UEG Araucária visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos são usualmente de médio prazo. As principais operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas pela UEG Araucária, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações com Ações na Bovespa, mercados futuros, e visam exclusivamente proteção contra os riscos de flutuações dos índices e das taxas atreladas a estas operações.

Esses ativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

33.5 Índice de endividamento

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Dívida - Empréstimos e financiamentos	983.329	1.009.924	2.225.261	2.174.472
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23.786	27.922	1.215.097	1.633.812
Dívida líquida	959.543	982.002	1.010.164	540.660
Patrimônio líquido	12.540.889	11.826.694	12.800.177	12.069.528
Índice de endividamento líquido	7,65%	8,30%	7,89%	4,48%

33.6 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

33.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo							Consolidado
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.09.2012							
Caixa e equivalentes de caixa	-	749.520	-	-	-	-	749.520
Clientes	0,82%	37.798	11.589	27.302	34.508	280	111.477
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	12.572	25.144	122.223	712.380	1.858.473	2.730.792
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	262.737	95.800	18.548	159.032	68.478	604.595
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	109.769	109.769
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	35.717	71.823	331.994	5.456.941	2.137.480	8.033.955
		1.098.344	204.356	500.067	6.362.861	4.174.480	12.340.108
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.049.125	-	-	-	-	1.049.125
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Clientes	0,75%	33.536	9.400	28.577	40.847	417	112.777
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	12.572	25.144	113.148	685.922	1.965.058	2.801.844
Títulos e valores mobiliários e Fundos exclusivos	99,9% do CDI	2.645	11.580	106.718	110.318	-	231.261
Cauções e depósitos vinculados	TR e Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	100.387	100.387
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	35.689	72.430	305.980	5.383.147	1.948.720	7.745.966
		1.133.568	118.554	554.423	6.220.234	4.014.582	12.041.361

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 20

Passivo							Consolidado
	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.09.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	21.681	16.751	317.913	2.003.916	530.030	2.890.291
Derivativos	DI Futuro	63	-	-	-	-	63
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.966	8.078	36.350	222.015	2.029.699	2.300.108
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	90.542	408.990	2.766.338	5.869.575	9.135.445
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.613	9.327	43.500	112.370	-	169.810
Outros fornecedores	-	661.150	124.709	2.615	36.073	-	824.547
Benefícios pós emprego	7,30%	28.485	56.969	256.361	1.281.669	2.109.550	3.733.034
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	598.257	2.623.005	10.107.081	45.811.864	59.140.207
		719.958	904.633	3.688.734	16.529.462	56.350.718	78.193.505
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	15.895	55.795	143.838	2.312.045	524.717	3.052.290
Derivativos	DI Futuro	39	-	-	-	-	39
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.741	7.481	34.129	207.996	2.040.876	2.294.223
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	164.062	350.491	2.426.301	6.338.176	9.279.030
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.499	9.117	42.928	131.262	-	187.806
Outros fornecedores	-	555.708	116.041	44.494	140.059	-	856.302
Benefícios pós emprego	7,17%	28.485	56.969	256.361	1.281.669	2.109.550	3.733.034
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	994.393	2.646.662	11.395.780	50.070.240	65.107.075
		608.367	1.403.858	3.518.903	17.895.112	61.083.559	84.509.799

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

34 Transações com Partes Relacionadas

34.1 Controladora

Parte Relacionada / Natureza da operação	Controladora			
	Passivo		Resultado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	30.09.2011
Controlador				
Estado do Paraná				
Dividendos a pagar (1)	54.855	57.855	-	-
Entidade com influência significativa				
BNDESPAR (4)				
Dividendos a pagar (1)	-	46.473	-	-
Pessoal chave da administração				
Honorários e encargos sociais (NE nº 29.3)	-	-	(6.859)	(5.710)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	(403)	(443)

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 14 - Créditos com Pessoas Ligadas, e na NE nº 15 - Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais a sua coligada Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta com o BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário). Em 30.09.2012, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 16.754 e R\$ 9.899, respectivamente.

34.2 Consolidado

Parte Relacionada / Natureza da operação	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	30.09.2011
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (1)	-	-	54.855	57.855	-	-
Programa luz fraterna (2)	55.744	38.763	-	-	-	-
Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (3)	1.670	2.062	-	-	-	-
CRC (NE nº 7)	1.392.983	1.346.460	-	-	159.671	119.193
ICMS (NE nº 11.3)	114.454	117.011	203.412	193.960	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES (4)						
Financiamento UHE Mauá e sistema de transmissão associado (NE nº 20.5)	-	-	172.102	172.237	(9.735)	(5.142)
Financiamento Linha de Transmissão entre SEs Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste (NE nº 20.5)	-	-	43.502	-	(1.743)	-
BNDESPAR (4)						
Dividendos a pagar (1)	-	-	-	46.473	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética						
Compra de energia elétrica (5)	-	-	5.418	5.600	(49.493)	(46.494)
Dividendos a receber pela Copel (NE nº 14)	-	2.303	-	-	-	-
Sanepar						
Dividendos a receber pela Dominó (NE nº 14)	8.342	15.603	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda.						
Operação e manutenção (6)	5	131	-	-	1.196	999
Sercomtel S.A. Telecomunicações						
Compartilhamento de postes (7)	179	169	-	-	1.604	1.524
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 29.3)	-	-	-	-	(10.526)	(8.093)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21)	-	-	-	-	(436)	(443)
Outras partes relacionadas						
Petrobras						2.635
Aluguel da planta - Usina Termelétrica Araucária (NE nº 32.2)	15.858	2.730	-	-	60.541	24.614
Fornecimento e transporte de gás (8)	320	283	-	-	11.173	4.116
Aquisição de gás para revenda (8)	-	-	52.255	40.698	(182.987)	(132.852)
Adiantamento a fornecedores (8)	12.697	11.982	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	1.887	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (9)						
Dividendos a pagar	-	-	-	1.887	-	-
Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (4)	-	-	-	27	-	-
Paineira Participações S.A. (10)						
Dividendos a pagar	-	-	-	1.110	-	-
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(7.951)	(6.698)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21)	-	-	492.326	468.875	-	-
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (11)						
Prestação de serviço e Pesquisa e Desenvolvimento	18.664	15.400	1.029	371	(3.286)	(6.511)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel, e os da Copel Telecomunicações são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) Em 2011, do total de dividendos propostos ao Governo do Estado do Paraná e ao BNDESPAR, nos valores de R\$ 124.872, e R\$ 100.309, foram adiantados, durante o exercício de 2011, R\$ 67.017 e R\$ 53.836, respectivamente. O montante devido ao BNDESPAR, foi totalmente quitado em 29.05.2012. Do montante devido ao Estado do Paraná, foi pago a parcela de R\$ 3.000 em 30.05.2012, resultando no saldo a pagar de R\$ 54.855.
- 2) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.
- 3) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 30.09.2012 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.287 (R\$ 1.307 em 31.12.2011).
- 4) A BNDESPAR detém 23,96% do capital social da Companhia (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais) e, pelo acordo de acionistas, tem o direito de indicar 2 membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 20.
- 5) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- 6) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- 7) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 20.08.2013.
- 8) A Petrobras detém 24,5% do capital social da Compagas. A Petrobrás Distribuidora S.A. - BR e Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro mantiveram relacionamentos com a Compagas.

O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda são efetuados a preços e condições de mercado.

O adiantamento a fornecedores refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagas possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagas e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagas entende que a compensação do volume de gás acumulado até 30.09.2012 será efetuada nos próximos exercícios.

- 9) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagas.
- 10) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor.
- 11) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

35 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada na NE nº 35 das Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31.12.2011.

36 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.296, de

19.06.2012, a aplicar em suas tarifas de fornecimento de energia, a partir de 24.06.2012, reajuste médio de -0,81%, sendo -0,11% relativos ao índice de reajuste tarifário e -0,70% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ (41.622), sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2011-2012, no valor de R\$ (42.525), e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 903.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas Demonstrações Financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
CVA recuperável reajuste tarifário 2011				
CCC	-	6.588	-	-
CDE	-	4.023	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.111	-	-
	-	11.722	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
CCC	-	75	-	75
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	21.272	18.081	-	18.081
CDE	8.784	3.074	-	3.074
Proinfa	8.348	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	2.034	1.106	-	1.106
	40.438	22.336	-	22.336
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	800	-	2.403	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	7.731	-	23.192	-
ESS	5.159	-	15.475	-
CDE	1.573	-	4.719	-
Proinfa	482	-	1.445	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	415	-	1.246	-
	16.160	-	48.480	-
	56.598	34.058	48.480	22.336

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
CVA compensável reajuste tarifário 2011				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	4.235	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.414	-	-
ESS	-	12.896	-	-
Proinfa	-	649	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	23.828	-	-
	-	52.022	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	545	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	26.807	17.273	-	17.273
ESS	28.473	16.696	-	16.696
Proinfa	-	166	-	166
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	14.518	27.350	-	27.350
	70.343	61.485	-	61.485
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	2.424	-	7.272	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	10.277	-	30.832	-
	12.701	-	38.104	-
	83.044	113.507	38.104	61.485

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2012	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo em 30.09.2012
Ativo						
CCC	6.738	2.966	(6.958)	457	-	3.203
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	36.162	23.724	(7.394)	(297)	-	52.195
ESS	-	20.391	-	243	-	20.634
CDE	10.171	12.047	(7.321)	179	-	15.076
Proinfa	-	13.000	(2.902)	177	-	10.275
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.323	2.201	(1.887)	58	-	3.695
	56.394	74.329	(26.462)	817	-	105.078
Circulante	34.058	7.516	(26.462)	(384)	41.870	56.598
Não Circulante - NC	22.336	66.813	-	1.201	(41.870)	48.480
Passivo						
CCC	-	726	(188)	7	-	545
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	4.235	-	(4.525)	290	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	44.960	12.266	(20.408)	(315)	-	36.503
ESS	46.288	5.538	(23.547)	194	-	28.473
Proinfa	981	(316)	(695)	30	-	-
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	78.528	8.076	(30.338)	(639)	-	55.627
	174.992	26.290	(79.701)	(433)	-	121.148
Circulante	113.507	(25.727)	(79.701)	(1.542)	76.507	83.044
Não Circulante - NC	61.485	52.017	-	1.109	(76.507)	38.104

37 Eventos Subsequentes

37.1 Medida Provisória nº 579/2012

Em 11.09.2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14.09.2012, o Decreto Presidencial (DP) nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Conforme noticiado pelo Governo, a medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- i. Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- ii. definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a MP 579 prevê, a partir de 1º.01.2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e que, a partir de fevereiro de 2013, passarão por uma revisão tarifaria extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados. Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se: à mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; à alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela MP 579, em regime de cotas, para as distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado); e quando da prorrogação, à indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

As usinas que possuem contratos de venda no ACL após 2012 deverão recompor esta energia mediante compra neste mesmo ambiente.

Para as concessionárias de transmissão, as principais condições referem-se à redução da RAP e a não indenização das instalações de transmissão autorizadas pela Aneel até 31.05.2000. Quando da prorrogação haverá indenização dos ativos autorizados a partir de 1º.06.2000 pelo VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

Conforme requerido pela MP 579, a Companhia protocolou seu pedido de prorrogação em 09.10.2012 para as concessões do contrato nº 046/99 de Distribuição, do contrato de Transmissão nº 060/01 e das hidrelétricas de Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, Mourão, Chopim I e Rio dos Patos. Após a divulgação das condições de prorrogação, a Companhia terá trinta dias para assinar o termo aditivo ao contrato de concessão. Caso este prazo não venha a ser atendido, a concessionária será impossibilitada de obter a prorrogação da concessão, a qualquer tempo. Portanto, a Companhia possui a opção de não prorrogar os citados contratos de concessão em função das condições que venham a ser introduzidas pelo poder concedente e agentes reguladores, ficando estas concessões disponibilizadas ao poder concedente para novas licitações.

Conforme definido no DP 7.805, o MME divulgou, em 1º.11.2012 por meio das Portarias Nº 578 e 579 de 31.10.2012, os valores das tarifas de geração e transmissão de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º.11.2012, os valores das indenizações e disponibilizou às empresas os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Somente em 06.11.2012, a Companhia tomou conhecimento, por meio da divulgação das notas técnicas, da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração, da receita inicial das transmissoras e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e transmissão, e que subsidiaram, respectivamente, as Portarias MME nº 578 e 579, ambas de 31.10.2012, e a Portaria Interministerial MME-MF nº 580, de 1º.11.2012.

37.1.1 Concessão de Distribuição - Contrato de Concessão nº 046/1999

Com a redução da tarifa em função da MP 579 não se espera impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

A MP 579 e o DP 7.805 não definiram um cronograma de datas para a divulgação das condições de prorrogação dos contratos de concessão das distribuidoras. Até esta data não há informações no que tange a estes contratos de distribuição sobre eventuais novas condições contratuais e operacionais que venham a ser introduzidas pelos agentes públicos responsáveis.

37.1.2 Concessões de Geração - Contrato de Concessão nº 045/1999

As tarifas propostas para as usinas hidrelétricas consideram os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, entre outros. No quadro abaixo, a Companhia informa as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os seus empreendimentos:

Usinas Hidrelétricas	Potência para efeito de definição da GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW.ano)
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (Capivari/Cachoeira)	260,00	57,10940
Mourão I	8,20	163,57187
Chopim I	1,98	249,13342
Rio dos Patos	1,72	237,48997

Para os empreendimentos acima, o Poder Concedente não considerou que a Companhia tem direito à indenização. Essas usinas representam 5% da potência instalada e não possuem energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre - ACL após 2012.

Os valores registrados nas demonstrações financeiras da Copel Geração e Transmissão como ativo imobilizado em 30.09.2012 totalizam R\$ 6.397.422, conforme NE 16.2. O saldo contábil dos empreendimentos citados acima é de R\$ 133.890.

A receita anual estimada para o exercício de 2012 destas usinas representa R\$ 100.322. Considerando as tarifas propostas, esta receita anual seria de R\$ 26.532.

37.1.3 Concessões de Transmissão - Contrato de Concessão nº 060/2001

Para o contrato de Transmissão 060/2001, a RAP estabelecida é de R\$116.094 e o valor de indenização divulgado é de R\$ 893.923.

A totalidade dos ativos vinculados a este contrato, inclusive das instalações autorizadas pela Aneel e que estão em curso, representa R\$ 1.072.272 em 30.09.2012.

A RAP homologada pela Aneel em julho de 2012 para este ciclo tarifário - julho de 2012 a julho de 2013 - é de R\$ 304.827. A participação dos contratos de transmissão a serem renovados na receita anual de 2011 do segmento de geração e transmissão representa aproximadamente 16,8% da Receita Operacional Líquida.

A Administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizando diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a ratificação ou não da prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 04.12.2012. Assim, após a decisão da Administração, serão reconhecidos os respectivos efeitos contábeis e as divulgações necessárias.

A Companhia também está analisando as tarifas propostas e as demais condições contratuais visando a adequação dos custos operacionais e de estrutura frente ao novo cenário regulatório.

A Companhia convocou, para o dia 30.11.2012, os seus acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária com o objetivo de deliberarem sobre a prorrogação das concessões de geração e transmissão abrangidas pela MP 579.

Adicionalmente, a MP 579 encontra-se em análise pelo Congresso Nacional e é passível de alterações. Com o objetivo de levar o entendimento do que considera técnico e juridicamente correto com a legislação e regulamentação em vigor e que não sofreram alteração com a MP 579, a Companhia está acompanhando e interagindo na busca do aperfeiçoamento das regras em benefício da segurança setorial e da manutenção da capacidade de investimento das empresas.

37.2 Emissão de debêntures

Em 22.10.2012, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Copel Distribuição S.A., para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, conforme alterada, no valor de R\$ 1.000.000.

Foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, com vencimento em 30.10.2017. O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

As debêntures serão remuneradas com juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela Cetip, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 0,99% (noventa e nove centésimos por cento) ao ano.

As debêntures contarão com aval da Copel.

Os recursos captados pela oferta serão destinados para capital de giro e/ou para realização de investimentos da emissora.